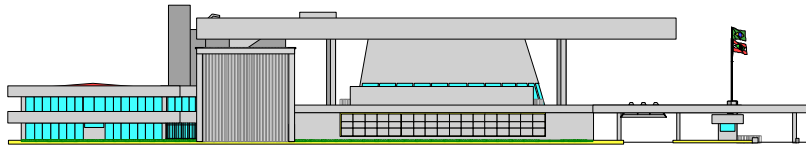


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE AGOSTO DE 1998

NÚMERO 4.561

13ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

## MESA DIRETORA

Neodi Saretta  
**PRESIDENTE**

Francisco Küster  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Vanderlei Olívio Rosso

**2º VICE-PRESIDENTE**

Odacir Zonta  
**1º SECRETÁRIO**

Gervásio José Maciel  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Francisco Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Gilson dos Santos

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Norberto Stroisch Filho

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder:

## COMISSÕES PERMANENTES

### CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente  
Júlio Teixeira – Vice-Presidente  
Eni José Voltolini  
Olices Santini  
Romildo Luiz Titon  
Miguel Ximenes  
João Henrique Blasi  
Pedro Uczai  
Jorginho Mello

### FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente  
Ivo Konell – Vice-Presidente  
Eni José Voltolini  
Sérgio de Souza Silva  
Leodegar Tiscoski  
Jorginho Mello  
Gelson Sorgato  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Carlito Merss

### AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Olices Santini  
Eni José Voltolini  
Herneus de Nadal  
Norberto Stroisch Filho  
Pedro Uczai

### DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente  
Jorginho Mello – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivan Ranzolin  
Narcizo Parisotto  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Idelvino Furlanetto

### TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente  
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Gelson Sorgato  
Manoel Mota  
Norberto Stroisch Filho  
Pedro Bittencourt Neto

### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Lício Mauro da Silveira  
Manoel Mota  
Júlio Vânio Celso Teixeira  
Idelvino Furlanetto

### SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente  
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivo Konell  
Gilmar Knaesel  
Lício Mauro da Silveira  
Cesar Antônio de Souza

### TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente  
Olices Santini – Vice-Presidente  
Ideli Salvatti  
Gilmar Knaesel  
Herneus de Nadal  
Miguel Ximenes  
Jaime Aldo Mantelli

### FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente  
Carlito Merss – Vice-Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
Reno Luiz Caramori  
Luiz Roberto Herbst  
Miguel Ximenes  
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração eletrônica, montagem e  
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VII - **NÚMERO 955**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 093ª Sessão Ordinária  
realizada em 04/08/1998..... 2  
Ata da 094ª Sessão Ordinária  
realizada em 05/08/1998..... 13  
Ata da 095ª Sessão Ordinária  
realizada em 05/08/1998..... 14

**Atos da Mesa Diretora**

Resoluções ..... 21

**Publicações Diversas**

Extrato ..... 23  
Lei Complementar ..... 23  
Ofício ..... 24  
Portaria ..... 24  
Projeto de Lei Complementar .....  
..... 24

**PLENÁRIO**

# ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 04 DE AGOSTO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nº :

3787, comunicando a sanção do projeto de lei complementar que cria a Microrregião do Planalto Sul de Santa Catarina com sede na cidade de Campos Novos.

OFÍCIOS:

0149/98, do senhor Prefeito Municipal de Anchieta, reportando-se ao Ofício nº 232/98, da Amerios, referindo-se ao Projeto de Lei nº 139/98;

0084/98, do senhor Prefeito Municipal de Cunhataí, solicitando uma atenção carinhosa ao projeto de lei que peticiona anistia do crédito de emergência aos nossos agricultores;

1638/98, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, em exercício, acusando o recebimento do Fax TE/0655.6/98, solicitando a implementação urgente de um programa de distribuição de calcário para o ano de 1998;

1639/98, do senhor Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, em exercício, acusando o recebimento do Fax TE/0662.1/98, solicitando providências para o estabelecimento de um programa de financiamento de sementes de milho ao

pequeno agricultor catarinense.

TELEX:

- do senhor Ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento, acusando o recebimento do Ofício GP/DP/379/98, de 20 de julho de 1998.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, eu pedi a palavra pela ordem para submeter à elevada consideração de V.Exa. a necessidade de uma alteração na ata que foi lida hoje pela manhã e aprovada pelos senhores Deputados, que dá conta de uma falta injustificada deste Deputado, que eu acho, em primeiro lugar, impropriedade e, em segundo lugar, injusta.

Eu sei que não é culpa de V.Exa., mas foi um lapso nas tratativas, por isso que eu peço a reconsideração.

Estive representando esta Casa

ontem em Curitiba, e aqui está parte da ata que foi lida: "O senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário das justificativas de ausência dos senhores Deputados Carlito Merss, Eni Voltolini e Vanderlei Rosso". Os demais todos faltosos, dentre os quais este Deputado. E foi protocolado o expediente dando ciência da missão que eu cumpri, em nome do Poder, no Estado do Paraná.

Então, queria submeter à elevada consideração de V.Exa. para que determine a alteração da ata. Não sei como, talvez na ata seguinte, porque é injusto me atribuir uma falta injustificada na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa. tem razão, Deputado Francisco Küster. V.Exa. se encontrava em Curitiba, na reunião do Conselho Parlamentar do Sul, representando esta Casa de forma oficial, inclusive.

Solicitamos à assessoria que proceda à anotação nesse sentido. Inclusive V.Exa. era o único Deputado, na segunda-feira, que se encontrava, pela Casa, legalmente, digamos assim, liberado para o não-comparecimento.

Tem razão V.Exa., houve uma falha. Pedimos desculpas.

O primeiro orador inscrito em Breves Comunicações é o senhor Deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, assomamos esta tribuna para dar continuidade ao debate que iniciamos ontem, o crédito de emergência.

Ontem, alguns Deputados trabalharam a questão do crédito de emergência como uma responsabilidade do Governo Federal. Tivemos uma audiência com o Governador, no final da tarde, onde também argumentávamos a necessidade de negociar junto do Governo Federal as dívidas dos agricultores.

Buscamos tomar conhecimento da Legislação do Rio Grande do Sul, ou melhor, em que termos foi firmada a prorrogação do prazo dos pequenos agricultores do referido Estado junto ao Governo Estadual, e não Federal, em primeiro lugar.

O que esta novidade hoje está colocando para nós, Deputados? A Assembléia do Rio Grande do Sul votou uma lei instituindo o Fundo Rotativo de Emergência da Agricultura Familiar, que prorrogou o prazo de pagamento do crédito de emergência. Cinquenta por cento do seu valor passou de 98 para o exercício de 99 e o saldo remanescente para o exercício do ano 2000.

O que isso muda no nosso debate, na nossa discussão aqui? O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, instituindo o Fundo Rotativo de Emergência, vai atrair recursos federais e repassar para os agricultores.

O mesmo caso acontece em Santa Catarina, na medida em que há um decreto do Governador do Estado instituindo um programa emergencial de crédito de manutenção e apoio a pequenos produtores rurais atingidos por esses ágios ou cheias no valor máximo de 20 milhões de reais. É um programa não do Governo Federal, mas do Governo Estadual.

E diz mais o decreto: quais os Municípios que serão incluídos, quem deve subsidiar os juros do financiamento, quem são os beneficiados e a quem cabe a coordenação do programa.

A coordenação caberá à Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, ou seja, é um programa que institui o crédito de emergência para os pequenos agricultores não

no âmbito federal, mas no âmbito estadual. Logo, é de responsabilidade do Governo do Estado o financiamento dos pequenos agricultores, e conseqüentemente, o BESC faz a cobrança para esse programa e repassa para o Banco do Brasil, que por sua vez recebeu os recursos públicos do FAT.

Então, não procede a discussão aqui de que a nossa luta deve ser junto ao Governo Federal. A nossa luta começa junto ao Governo Estadual. E é por isso que, de forma coletiva, colhemos as assinaturas hoje de Deputados de diferentes Bancadas para dar entrada a um projeto de lei nesta Casa autorizando o Governo do Estado a prorrogar o prazo de vencimento de crédito de emergência dos pequenos agricultores.

Este é o caminho mais acertado para solucionar imediatamente o problema do financiamento dos pequenos agricultores. É esta Casa, como ocorreu no Rio Grande do Sul, que vai dar a autorização para o Governo do Estado prorrogar o crédito de emergência.

Então, Deputado Wilson Wan-Dall, consideramos este o melhor caminho, embora vá estar em votação hoje, possivelmente, como foi definido ontem, uma moção com envio de mensagem para o Presidente da República, para o Governador do Estado e para o Fórum Parlamentar Catarinense, no sentido de o Governo Federal conceder a anistia, o perdão dessa dívida.

O Governo Federal até poderá anistiar a dívida para o Governo do Estado, mas não diretamente para os agricultores, porque foi constituído um programa de crédito de emergência junto ao Governo do Estado.

Resolvida esta questão, que ontem não estava muito clara para nós, Parlamentares (nem com a audiência realizada junto ao Governo ficou clara), estudamos à noite com as entidades e fizemos todas as discussões hoje, pela parte da manhã. Coletivamente, os Deputados entenderam que o crédito de emergência deve ser prorrogado imediatamente, porque estão vencendo as prestações, e para, em seguida, lutar para que haja anistia do Governo Federal para o Governo Estadual, passando a anistia para os nossos pequenos agricultores do Estado de Santa Catarina.

Com este esclarecimento, senhor Presidente e senhores Deputados, acredito que esta Casa poderá se mobilizar ainda hoje ou no mais tardar amanhã, junto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Serviços Públicos, para deliberar sobre a constitucionalidade do projeto, sobre o mérito do projeto de lei e encaminhar ao Plenário.

Precisamos dar esse instrumento ao Governo do Estado, que é o instrumento legal, para prorrogar as dívidas do crédito de emergência. Sem esse instrumento legal o Governo terá dificuldade de prorrogar ou anistiar o crédito de emergência.

É isso, senhor Presidente e senhores Deputados, que desejávamos discutir e deliberar. Assim, vamos contribuir com os nossos agricultores, porque senão eles ficarão sem crédito para fazer novos financiamentos para o custeio da próxima safra.

O Banco do Brasil já está liberando os recursos, mas sem a resolução do crédito de emergência os agricultores vão ficar sem condições de contrair novos financiamentos do custeio dessa safra.

Por isso, até quinta-feira teremos que dar esse instrumento legal para o Governo do Estado prorrogar o crédito de emergência. Nós nos colocamos à disposição para a mobilização junto ao Governo Federal, para que prorrogue a

cobrança dessa prestação que chega a nove milhões e poucos junto ao Governo do Estado.

Acho que esse é o encaminhamento, senhor Presidente e senhores Deputados, retomando a discussão de ontem, porque terminou o dia com um equívoco muito grande, que seria de responsabilidade do Governo Federal. Nesse momento retoma a discussão, a exemplo do Rio Grande do Sul, e cabe ao Parlamento dar esse instrumento legal ao Governo para renegociar a dívida dos nossos pequenos agricultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Odacir Zonta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários da Casa, visitantes do Município de São Lourenço do Oeste e da comunidade de São Roque, que nos honram com as suas presenças, gostaria de dar continuidade ao assunto abordado pelo Deputado Pedro Uczai.

É na esteira deste assunto que gostaria de colocar que, em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo, editamos três documentos, e depois vamos coletar as assinaturas dos membros a fim de encaminhar aos órgãos do Governo Federal.

Se a questão do caso de emergência agora está mais esclarecida, inicia o seu encaminhamento para prorrogação aqui no Estado, o projeto de lei que também subscrevemos nesta manhã dá o atendimento da questão junto ao Estado. Nós também não podemos deixar de mobilizar, junto ao Governo Federal, a classe política, para quando for encaminhada do Governo do Estado para o Governo Federal esta posição de prorrogação de anistia já tenhamos tratado o assunto e já tenhamos dado o caminho.

Por isso, um dos requerimentos que estamos apresentando visa sensibilizar o Ministro Francisco Turra, o Ministro Pedro Malan e colocar o Fórum Parlamentar Catarinense no movimento de pressão para esta prorrogação do crédito de emergência. E não só para o crédito de emergência, mas também, como já foi feito em outro documento aqui aprovado há mais de 60 dias, a proposta é poder repactuar todas as dívidas dos agricultores, independente de custeio ou investimento, repactuando inclusive os custos financeiros e oferecendo um prazo não inferior a dez anos, porque não adianta prorrogar só para o ano que vem, pois no próximo ano, novamente, o nosso agricultor terá problemas.

Senhor Presidente, Deputado Francisco Küster, V.Exa. que levou ao próprio Presidente da República essa mensagem de prorrogar por prazo compatível com as condições de resgate, sabe que isso é o mínimo.

Então, além do projeto de lei, Deputado Pedro Uczai, para agir junto ao Governo do Estado, vamos encaminhar o documento. E aqui nós fazemos também pela Frencoop, ao Governo Federal, para que ele seja sensível e dê uma posição muito clara em relação a esta prorrogação ou anistia do crédito de emergência, repactuando inclusive os encargos financeiros de todas as dívidas dos nossos agricultores.

Uma outra questão que estamos trazendo é sobre um outro requerimento que busca um novo crédito de manutenção para o nosso agricultor, altamente prejudicado pela falta de renda e pela quebra de safra, proposto ao Ministério da Agricultura e subscrito há mais de 90 dias pelas autoridades deste Estado (e quero fazer justiça às lideranças de

São Lourenço do Oeste), pelo Prefeito Cairu Hack e mais 41 Prefeitos, por federações, Deputados Estaduais e Federais, numa média de R\$2.000,00 por família, para que devolvam isso em cinco anos, no mínimo, em produtos, porque muitos agricultores, que só atuam com cereais, por exemplo, não têm mais renda até a próxima safra. Eles precisam deste crédito para a sua manutenção. Estamos reforçando neste documento, novamente, o pedido ao Governo Federal.

Um outro detalhe: o Governo Federal editou o novo pacote agrícola, no qual anunciou a maior soma de recursos que até hoje se pode ter à disposição da agricultura, dez bilhões de reais. Editou também neste plano 2.300 bilhões para investimentos através do Pronaf, inclusive, no plano de agregação de renda, criou também uma faixa de 250 milhões de reais.

Isso realmente satisfaz, até porque houve uma redução das taxas dos encargos da agricultura familiar de 6,5 para 5,75%. Está em curso, portanto, o plano de safra.

O que está acontecendo? O tal agente repassador dos recursos dos financiamentos da lavoura é o Banco do Brasil. Como se sabe, este banco, nos últimos anos, desestruturou a sua carteira agrícola, enxugou o seu quadro, e agora resolveu rebuscar todos os seus clientes da área agrícola, muitos quase foram expulsos das agências bancárias, para muitos foi dito: o Banco do Brasil não tem mais interesse.

Com isso, os agricultores procuraram se organizar para buscar uma nova forma de crédito. Organizaram-se em cooperativas de crédito, e já na safra atrasada buscaram recursos de repasses com o Banco do Brasil. E qual não foi a surpresa, este ano, quando o Banco do Brasil tomou a decisão de dizer que não ia mais conceder recursos para repassar através de cooperativas de crédito, pois queriam rebuscar os clientes.

É natural, é justo que o Banco busque isso, mas daí a desprezar uma estrutura que é do próprio agricultor, a cooperativa de crédito, que pode muito bem facilitar o trabalho e desonerar o produtor, realmente é uma atitude não justificável, dada a vontade até do Governo Federal de estimular o agricultor a plantar.

Estamos propondo que o Governo Federal peticione ou determine ao Banco do Brasil, ou ao próprio Banco Central, o ajuste de recursos para as cooperativas de crédito atenderem aos seus associados no crédito agrícola. E o Banco do Brasil que cumpra o seu papel, sim, também permitindo que as cooperativas de crédito rural possam continuar cumprindo a sua tarefa de bem atender ao seu associado, ao dono da cooperativa, com muita eficácia.

Um agricultor de Modelo nos disse que teve que ir ao Banco para refazer o cadastro porque era sócio da cooperativa de crédito. Refeito o cadastro, pediram-lhe que fizesse o seguro de vida, o seguro das instalações e ainda uma aplicação "x" em Ourocap, ou seja, de R\$2.000,00 ele pode levar R\$1.800,00; R\$200,00 se foram.

Isso já representa um custo de 10%, quando o financiamento custa 5,75%. Aonde o agricultor vai buscar dinheiro para recuperar esse valor?

O Banco do Brasil tem o *spread* sobre o repasse para cada contrato e tem mais um valor fixo por contrato. Será que há necessidade de cobrar mais uma taxa de cadastro, o seguro de vida, o seguro das instalações e ainda a aplicação do dinheiro que o agricultor está buscando com sacrifício

sem poder usar para a compra dos seus insumos, para a lavoura?

Não podemos admitir isso, porque ao invés de ajudar está atrapalhando.

Quero louvar a iniciativa do Banco do Brasil de abrir as suas agências nos finais de semana, mas não aceitamos que o agricultor seja espoliado quanto aos custos para a elaboração da proposta e ao acesso para o financiamento agrícola que está sendo colocado à sua disposição.

Então, esse é mais um requerimento da Frencoop, e vamos tomar as assinaturas, que queremos encaminharmos ao Governo Federal.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Nobre Deputado, esse requerimento é muito importante no sentido da mobilização da Frente Cooperativista, pois não podemos aceitar que as cooperativas de crédito acabem sendo jogadas na vala.

Os juros, somando com todos esses gastos com seguros, vai chegar a 18%. Essa é uma avaliação preliminar que fizemos.

De cada contrato o Banco do Brasil fica com 34 ou 37 reais. E a cooperativa de crédito pode fazer isso por 4 ou 5 reais.

Então, numa série de atribuições, a cooperativa de crédito pode contribuir com os seus associados, com o agricultor.

Acho esse requerimento muito louvável. E vamos fortalecê-lo. Inclusive em outros Estados não está acontecendo o que está acontecendo em Santa Catarina, o que dá para identificar uma perseguição às cooperativas de crédito.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado!

Em seguida, vamos coletar as assinaturas dos membros da Frencoop para depois, então, colocar à apreciação do Plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Senhor Presidente, senhores Deputados e visitantes presentes nesta tarde, utilizamos este espaço para dizer que a questão da agricultura não é nem uma questão de inteligência. Não há necessidade de nenhuma idéia brilhante, sofisticada. É só seguirmos os exemplos dos países mais desenvolvidos que veremos que existe subsídio na política agrícola; que os juros são subsidiados, enfim, que todas as atividades da agroindústria se desenvolvem com a participação efetiva no custo, que é subsidiado pelos seus Governos, o que nós entendemos que será a saída, em função da competitividade que deve ser criada com os países do Mercosul, através da nossa agricultura.

Nós deixamos aqui a nossa manifestação de apoio ao requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, dizendo que esse também é o nosso sentimento.

Queremos ainda registrar o nosso louvor pela luta dos cidadãos de São Roque, no Município de São Lourenço do Oeste, que têm como ideal da sua emancipação o controle do próprio destino. Fui contrário a algumas emancipações que ocorreram em 1995, mas em situações efetivamente muito diferentes do que é a realidade que envolve São Roque.

Então, desde já, manifestamos o

nosso apoio ao pleito, desejando sucesso, e queremos ser mais um aliado ao desafio.

Aproveito ainda para registrar a presença dos grupos de idosos Sempre Unidos, que tem como presidente o senhor Orentino, e Sempre Alegres, do Município de Presidente Castelo Branco, que tem como presidente a senhora Itália Frigo, que hoje conhecerão vários pontos da Capital do Estado, Balneário Camboriú, Beto Carrero. Eles vêm buscar aqui a colheita de seus méritos, de tudo que frutificaram, abrindo os caminhos que nós, que viemos depois, trilhamos nos dias de hoje.

Estes grupos estão sendo liderados pelo nosso particular amigo e Vice-Prefeito Adelar, acompanhados pelas Vereadoras Isaura e Ivanete, ainda da enfermeira Norma e da assistente social Lucimara Machado. Faz parte de um projeto desenvolvido pelas Lideranças municipais de Presidente Castelo Branco dar aos integrantes do Movimento da Terceira Idade um pouco de conforto e de reconhecimento a tudo que representam na construção do Município e da sua economia, que ainda hoje geram o progresso de uma grande região.

Assim, desejamos a todos uma feliz estada. Registramos ainda um agradecimento para a Nena, para a Nelita e para o Marcos por todo trabalho de apoio que vêm dando a esse passeio do Grupo da Terceira Idade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Esta Presidência deseja também uma boa estada às delegações de São Roque e de São Lourenço do Oeste, que pleiteiam a regularização do futuro Município de São Roque. Em outros momentos, já encaramos, também na condição de parceiro, esse pleito.

Assim, queremos cumprimentar o Prefeito Cairu Hack, que chefia a delegação, os Vereadores e populares presentes.

Por questão de justiça, gostaria de dizer que há pouco recebi um telefonema a mando do senhor Fantini, que está preocupado também com o atendimento desse justo pleito.

Idêntica manifestação a Mesa, em nome de nossa pessoa, quer fazer em relação aos idosos que nos prestigiam com suas presenças nesta tarde.

Desejamos a todos uma boa estada.

Gostaria de dizer - e não sou candidato a nada nesta eleição - que sou autor de um projeto de lei, que interessa diretamente às pessoas da terceira idade, que determina que o Poder Público, que o Estado anualmente aplique gratuitamente a vacina antigripe, uma das providências mais importantes na terceira idade, que hoje custa caro para quem ganha pouco. Este projeto, uma vez aprovado, vai atender em muito essas pessoas que no inverno enfrentam os rigores do frio, virando presas fáceis da gripe.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PFL.

(Pausa)

Não havendo orador do PFL que queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

O primeiro orador inscrito é o senhor Deputado Gelson Sorgato, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Senhor Presidente e senhores Deputados, nós queremos, inicialmente, homenagear o novo Município de São Roque, desmembrado

de São Lourenço do Oeste, e, depois, comentar sobre o crédito de emergência.

Gostaríamos de dizer aos amigos que se deslocaram da comunidade de São Roque que vai à votação em Plenário hoje a emancipação deste Distrito.

Nós, que sempre votamos a favor das emancipações, gostaríamos de dizer que nas comunidades que passam de vila para Distrito, de Distrito para Município muitas vezes, quando a comissão de emancipação ou os próprios Parlamentares vão fazer as visitas ao Distrito, são feitos questionamentos com relação à estrutura do novo Município a ser constituído.

Posso assim dizer porque passei por isso quando fui Prefeito de Xaxim, pois de lá foram emancipados três Distritos, Lajeado Grande, Marema e Entre Rios. E nós conhecemos muito bem São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte e São Roque, que vem buscar a sua emancipação para constituir uma nova cidade, um novo Município.

Dentro dessa nova cidade, desse novo Município que se constitui uma máquina enxuta para que possa atender aos anseios da nova comunidade. E os anseios são na área da saúde, na área da educação, na área da agricultura. É uma estrutura que precisamos oferecer ao pequeno produtor rural, que está no meio rural produzindo alimentos para os grandes centros, para o Brasil, e com a abertura de mercado, com o Mercosul e o Nafta, que se possa fazer esse intercâmbio entre os povos e que se possa comercializar essa produção.

Por isso, nós queremos parabenizar a todos que se engajaram para essa emancipação. Que possa ter pleno êxito esse novo Município de São Roque, com o nosso voto favorável, para que possa atender, em primeiro plano, aquela comunidade.

Também queremos aqui discutir o projeto que trata da anistia, do alongamento das dívidas do crédito de emergência, que amanhã, quem sabe, estará aqui no Plenário.

Buscou-se esses recursos para atender uma emergência dos pequenos produtores, não para o investimento na sua propriedade mas, sim, para a sua manutenção.

Mais ou menos 40 mil agricultores do Estado de Santa Catarina foram em busca do crédito de emergência. No Estado do Rio Grande do Sul cem mil pequenos produtores foram buscar os 40 milhões do crédito de emergência.

Nós também queremos, com isso, Deputado Odacir Zonta, buscar o apoio e os recursos da área do Governo Federal. Por quê? Porque se há recursos para a seca do Nordeste, se há recursos para o Proer, para socorrer os bancos, tem que haver recursos para socorrer o pequeno produtor.

Se a safra continuasse boa, acredito que o pequeno produtor não estaria aqui, através do sindicato, das federações buscando a anistia do crédito de emergência.

Sabemos que em nível de Brasil já tem um repasse diferenciado de recursos para a região Nordeste. Não somos contra isso, absolutamente. Quando acontece alguma calamidade no Nordeste, os recursos vão para lá, mas a região Sul - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná - não recebe a atenção devida do Governo Federal.

O Estado do Rio Grande do Sul, hoje, está socorrendo os produtores através de um fundo que constituiu, porque tem um caixa que fez com as privatizações, que vai socorrer os 24 milhões que buscou no Governo Federal e os 16 milhões que buscou nos cofres do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Não está claro se o Presidente da

República está socorrendo o Estado do Rio Grande do Sul com recursos a fundo perdido, se o fundo criado no Estado pode socorrer os produtores ou se está se alongando essas dívidas, mas o Estado de Santa Catarina...

Na audiência, ontem, o senhor Governador foi muito claro. Se esta Casa tivesse não colocado um cinto ou apertado tanto para que o Governo do Estado pudesse captar recursos via Celesc ou via Casan - e assumiu até um compromisso -, se a Assembléia assim o fizesse, o Governo do Estado assumiria este compromisso, que são mais de 10 milhões, em duas parcelas.

Não é o momento de se arrumar argumentos para que o socorro chegue ao pequeno produtor, mas sabemos, também, que é uma forma de poder o Governo honrar os compromissos, porque está lá o Governo do Estado como avalista, e se o produtor não pagar, será debitado no ICMS, no Fundo de Participação do próprio Governo do Estado, no quarto dia após o vencimento.

Com certeza, nós vamos ouvir se isso acontecer, porque ainda faltam alguns recursos em outras áreas. Mas temos que fazer, nesta Casa, um esforço suprapartidário para buscar uma solução via Governo Federal, a fim de que a parcela que está vencendo não seja cobrada e o pequeno produtor, então, possa plantar a sua safra.

E ainda irá acontecer um fato mais marcante, pois, quando se está em débito com uma instituição financeira, ela não libera recursos, mesmo que a dívida e a cobrança sejam via Besc, porque quem tem em haver esse dinheiro, que foi emprestado via FAT, BNDES, Banco do Brasil, não vai emprestar dinheiro para o produtor plantar a sua safra através do financiamento do crédito rápido.

Então, nós ficamos aqui nos questionando, porque os dias estão passando e a safra precisa ser plantada, a semente precisa ser colocada na terra. Se não for encontrada uma solução imediata, com certeza muitos produtores não irão conseguir plantar a sua safra, não irão saldar a sua dívida; portanto, temos que ter uma ação junto a isso.

Por isso, senhores Deputados, eu gostaria de deixar aqui registrado que o Governo do Estado está se deslocando a Brasília hoje, e precisamos, Deputado Odacir Zonta, através destes requerimentos que subscrevemos, fazer chegar ao Ministro Pedro Malan as nossas solicitações para que tente solucionar os problemas.

Sabemos, com muito respeito e com muita consideração, que podemos acionar o Ministro da Agricultura, mas com toda certeza a solução passará pela área financeira. E se não tiver a pressão em cima do Presidente da República, em cima daqueles que comandam os números e que podem liberar, nós não iremos ter uma solução imediata e a questão irá se agravar dia a dia.

Temos certeza que iremos encontrar dificuldades pela frente, mas precisamos de uma solução. E a ação desta Casa tem que ser conjunta, temos que buscar uma solução definitiva para esse grave problema. Se foi emprestado dinheiro através do FAT, o Governo do Estado é avalista e paga uma parte dos juros; as Prefeituras Municipais, igualmente, pagam uma parcela de 25%, e outra parcela irá ficar para o produtor, mas sabemos que nessa época o pequeno produtor não tem recursos para se deslocar até a agência do banco, só que as cobranças aí estão para serem efetuadas.

Inclusive, ontem, na reunião com o

Governador e os diretores do BESC, ficou acordado que nenhum produtor será pressionado ou cobrado; mas o pequeno produtor não vai descansar nem dormir à noite porque está devendo no banco. Quem sabe terá até que vender a única vaca de leite que tem e que sustenta a sua família para honrar esse compromisso!

Deputado Odacir Zonta, todos nós sabemos da dificuldade que a agricultura de Santa Catarina está passando, e agora ainda ficam suspensos os repasses via cooperativas, que possibilitavam um atendimento mais próximo ao pequeno produtor.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Deputado Gelson Sorgato, quero cumprimentá-lo e concordar que temos que fazer rapidamente essa ação conjunta, suprapartidária, junto ao Governo Federal, principalmente na área da Fazenda, para que os recursos possam ser repactuados, liberados, e possamos ter um outro custo financeiro até para o agricultor.

Estes requerimentos que estamos apresentando, os quais V.Exa. e outros Parlamentares subscreveram, visam exatamente isso: buscar o caminho normal, o caminho das pedras, como se diz na gíria.

V.Exa. citou bem quando diz que se faz necessário viabilizar mais recursos para a nossa agricultura. Tanto é que, além de pedir o repactuação, a prorrogação por até dez anos, estamos pedindo um novo crédito de manutenção.

E aqui vai uma sugestão: o Governo alienou a rede de comunicações do Brasil, e parte desse dinheiro poderia ser aplicado no aspecto social da nossa agricultura. Este é um caminho, não se pode alegar que falta dinheiro agora.

Então, estamos preparando um novo documento, que vai ser aditado a este, sugerindo que parte desse dinheiro da venda de empresas de telecomunicações seja repassado ao Banco da Terra e parte para as emergências na agricultura.

Para finalizar, o agricultor precisa de água, assim como precisa de luz. Vamos deixar a CASAN e a CELESC para serem discutidas sob um outro ângulo, e não dentro desse condicionamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Odacir Zonta.

Com certeza, depois do dia 4 essa discussão será muito mais intensa, e os que não discutiram isso hoje, vão discutir futuramente as privatizações, e daí, quem sabe não vão contradizer o discurso de hoje com o de amanhã! Mas vamos discutir lá para frente, realmente, todas as situações que precisam de solução no Estado de Santa Catarina.

Gostaria, ainda, de registrar que na sexta-feira as ações do Governo do Estado de Santa Catarina, via Secretaria de Agricultura do Estado, estarão voltadas para os Municípios de Descanso e Chapecó, deslocando-se para Lages durante a semana e para outras partes do Estado de Santa Catarina, quando se começará a fazer oficialmente a distribuição de 150 mil sacas de sementes de milho, doadas ao pequeno agricultor catarinense, na base de uma ou duas sacas por agricultor, conforme o cadastro que farão através de uma comissão.

Eu acho que o Governo do Estado está fazendo a sua parte, assim como fez no ano passado, quando colocou em torno de 70

mil sacas de sementes (entre sementes de milho e feijão) para o pequeno produtor, que perdeu a sua safra de fumo, de feijão, de milho, para que ele pudesse aumentar a sua rentabilidade e conseguir se manter.

Mas também queremos colocar que vemos com bons olhos esta ação. Por quê? Porque hoje o nosso Estado é considerado área livre de febre aftosa, e com as nossas agroindústrias queremos aumentar a nossa produção, a nossa venda, a nossa exportação de carne suína, para tanto precisamos ter a matéria-prima, que é o milho.

O Estado de Santa Catarina tem um déficit de 800 mil a um milhão de toneladas de milho, precisa buscar no Paraná, em Mato Grosso e em Goiás, aumentando o seu custo. Por isso este incentivo é muito bom, e esperamos que os produtores coloquem-no na terra, para manter a rentabilidade da sua propriedade.

Assim, nós vamos tocando à frente o modelo catarinense da pequena propriedade, mesmo que ele seja questionado mais adiante, mesmo sabendo que este modelo não se sustenta mais no nosso Estado, Deputado Pedro Uczai. Mas, de qualquer forma, nós temos que manter o homem no campo, gerando emprego, gerando economia para o Estado de Santa Catarina.

Encerro pedindo que todos os Parlamentares se engajem para que a solução também venha da parte do Governo Federal, que socorre tantos, e portanto, pode socorrer os pequenos produtores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, companheiros e companheiras do Distrito de São Roque, no Município de São Lourenço do Oeste; Vereadores, Prefeitos e todas as lideranças que estão empenhadas na emancipação deste Distrito, que acreditam que assim poderão alimentar uma nova perspectiva de valorização quando da sua emancipação.

Ontem e hoje, o tema enfocado aqui tem sido o financiamento de emergência, o crédito de emergência, que foi buscado na safra 95/96 com relação à estiagem no Oeste e à enchente no Sul. Mas, além do crédito de emergência, observamos a falta de vontade política no sentido de viabilizar uma solução aos agricultores catarinenses. E o problema não são apenas os agricultores, mas a realidade da agricultura familiar brasileira.

O pacote agrícola foi anunciado no dia 17 de junho, 11 bilhões foram liberados, e talvez apenas 80% desse dinheiro chegue ao agricultor familiar. E talvez o agricultor tenha que ocupar banco, ir para a rua pressionar para que o dinheiro do PRONAF chegue às suas mãos. Essa é a realidade!

O Deputado Gelson Sorgato colocou muito bem que a preocupação do agricultor está aumentando, porque já a partir de ontem os financiamentos do crédito de emergência começaram a vencer e ele tem necessidade de buscar mais dinheiro para o custeio da lavoura, para plantar; mas está engatado no banco e não consegue buscar o dinheiro.

Eu acho que houve compreensão política por parte de todos os Deputados que assinaram a proposta em que a Assembléia

autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo, e esse projeto de lei vai ser votado amanhã.

Gostaria de falar sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Após muitos anos de luta do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, mais propriamente da região Sul (e se faz presente aqui o ex-Presidente do sindicato e o Vereador Edu, do nosso Partido, agricultor), achamos que devíamos fazer esse debate, mas também mobilizar, a fim de termos uma política agrícola diferenciada.

Esta política agrícola diferenciada está identificada com o PRONAF, e por isso há um juro menor para essa parcela de agricultores, de produtores, que não mudou muito, pois com relação a essa diferença dos 11 bilhões, com os 20% o Governo Federal ainda prioriza os fazendeiros, os latifundiários.

Com a luta, com a conquista do PRONAF, que começou a partir de 94, com o primeiro Grito da Terra, nós avançamos no sentido de se ter uma política agrícola diferenciada, com juro menos elevado para o agricultor familiar e com juro mais elevado para o latifundiário.

Nós estamos lançando a cartilha do PRONAF, que foi elaborada pelo Fórum Sul dos Trabalhadores Rurais, pelo Departamento Estadual de Trabalhadores do Paraná, pela FETRAFESC de Santa Catarina - Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar de Santa Catarina - e pelo Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul.

Essa cartilha, com assessoria do Departamento Sindical de Estudos Rurais, está sendo lançada para todos os sindicatos de trabalhadores rurais, para todos os Vereadores, para todas as associações de agricultores e para todas as cooperativas de crédito.

Nesta cartilha há uma pesquisa que mostra que 75% dos Municípios do Brasil possuem menos de vinte mil habitantes, e esta população atinge 40% dos brasileiros. Estes Municípios são compostos por agricultores, é a agricultura familiar destes Municípios que alimenta o nosso País, é lá que o Brasil produz 80% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros.

Mas, senhores Deputados, chega às mãos dos agricultores apenas 20% dos valores liberados. E em Brasília, vejam o número de Deputados, de Senadores que está do lado dos fazendeiros e o que está do lado dos agricultores. Mas eles, Deputados Federais e Senadores, para participarem do meio dos agricultores, fazem discursos direcionados aos mesmos.

Defendo a agricultura familiar; agora, na liberação do dinheiro, quem vai pegar é o latifundiário. Portanto, temos que ver isso para não errar na hora de votar.

Esta cartilha identifica o PRONAF especial, que é um crédito de custeio de no mínimo R\$500,00 e no máximo R\$1.500,00, com um rebate de R\$200,00, que não há necessidade de pagar. É pouco dinheiro, mas consideramos um avanço por identificar uma política agrícola diferenciada.

No ano passado, o juro era de 6,5% e a inflação de 7% ao ano. Em 1998, com uma inflação de 4%, o juro está 5,75%!

Dizer que neste ano o juro baixou é um engano. Estamos sendo enganados. A inflação baixou, e o juro para o agricultor é de 5,75%. Não teve reajuste nos preços dos produtos agrícolas, a gasolina baixou, o IPI dos carros baixou porque este ano há eleição e o Fernando Henrique Cardoso precisa se eleger. Mas depois da eleição, do couro vai sair a coréia! E não sairá do nosso couro, do couro dos agricultores para pagar as correias que o

Presidente Fernando Henrique está distribuindo por esse Brasil afora.

Precisamos, também, identificar as políticas e avaliá-las. Tivemos um avanço através de nossos movimentos, que foi identificar uma proposta política. Não temos seguro agrícola; os juros têm que ser zero para o agricultor consolidado, e para o não-consolidado tem que ter um rebate do valor que irá pagar.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje diversos Deputados usaram da tribuna para falar do crédito de emergência, tema muito apropriado em virtude da presença na Casa de pessoas ligadas à agricultura. E só para que possam entender, este é um espaço que todos os Deputados têm antes da Ordem do Dia para fazer as suas manifestações.

Graças a Deus que a inflação hoje é de 4%, porque os 80% no tempo do Sarney levaram a economia do Brasil à situação que está. E queira Deus que com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, com o apoio de todos os Partidos Políticos, este possa fazer com que o Brasil volte a crescer, a dar emprego e a melhorar a nossa agricultura, que passa por dificuldades.

Eu me lembro que quando o Presidente da República esteve em Joinville, nós entregamos a ele um pedido de ajuda ao pequeno agricultor, um empréstimo de emergência, sem considerar as restrições que os agricultores têm nos bancos, porque a ficha está suja.

Então, se o agricultor vai ao banco - e o meu pai sempre dizia que banco é bom para sentar se o pé não estiver quebrado -, com todas as restrições que tem, o gerente não vai fazer milagre. Ele está com restrição no cadastro, está no CCF, está com a conta atrasada; portanto, não há como viabilizar mais recursos se não for um recurso destinado exclusivamente para ele.

Quanto ao empréstimo compulsório dos bancos hoje, de R\$100,00 que se deposita numa agência bancária, R\$90,00 vão para o Governo Federal. Este é o dito dinheiro do PROER, que salvou o banco, que muita gente dizia que era da saúde, que era da educação. Este é o dinheiro do depósito compulsório.

Por exemplo, só do Banco do Estado de Santa Catarina tem R\$500.000.000,00 depositados no Banco Central. Então, a proposta nossa é que 10% deste dinheiro voltasse para cada Município; ao invés dos bancos mandarem 90%, mandaríamos 80% e ficaríamos com 10% do dinheiro carimbado para atender o pequeno agricultor. Porque sabemos, e V.Exas. também sabem, que hoje se salva o agricultor com R\$2.000,00. Não precisa mais do que isto para ele sobreviver.

Por isso, Deputado Idelvino Furlanetto, é que existe esta grande luta. É por isso que temos que brigar para aumentar a nossa representação política. Nada contra o Nordeste e aqueles brasileiros que lá vivem, mas eles têm 27 Senadores, e nós, do sul, temos oito.

Nós temos que aumentar a nossa representação política para fazer com que ganhe

quem produz. Muitas vezes se diz que o Sul produz para o Norte gastar.

Então, é por isso que há esta luta e é por isso que disse que graças a Deus a inflação está 4%. O juro está caro? Claro que está. Tem que baixar? Tem, mas esta é uma luta de todos nós.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Gostaria de dizer que este "graças a Deus" não é muito gostoso, porque o Bamerindus, na falência, conseguiu da noite para o dia os cinco bilhões, ele sozinho; agora, o agricultor familiar não está conseguindo nem dois!

Consideramos isto um desrespeito àquele que produz os alimentos para serem colocados na mesa de todos os cidadãos, Deputado! Eu não digo graças a Deus com relação a estes juros, porque isso aí é para matar o agricultor. Inclusive, quem está pagando o Plano Real é o agricultor.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Com certeza! Agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Quero fazer uma menção ao grupo de idosos de Presidente Castelo Branco, que nos visitam, capitaneados e recepcionados pelo Deputado Jaime Mantelli, dizendo do nosso respeito, da nossa consideração por estas pessoas.

A UNOESC, de Joaçaba, Deputado Jaime Mantelli, preocupa-se em fazer um curso superior para as pessoas da terceira idade, pois muitas vezes, no Brasil, quando a pessoa fica mais experiente, a sociedade a esquece.

Quero cumprimentar, mais uma vez, os companheiros de São Roque, dizendo que às 16h será iniciada a Ordem do Dia, quando virá para este Plenário a votação da autorização do plebiscito.

Portanto, gostaria de dizer que haveremos de, todos nós, não só com discurso, mas com ações efetivas, gestionar junto ao Governo Federal para que ajude a classe agricultora. Porque crédito com restrição não se arruma em banco; não adianta fazer greve na frente do banco, levar trator, porque o gerente do banco não resolve absolutamente nada. Isto deve partir de um direcionamento do Governo Federal, para equacionar esta situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, senhores Deputados, gostaria de saudar a população de São Roque presente a esta sessão, que está aguardando a votação de um projeto que lhes dará sua autonomia administrativa.

De antemão, gostaria de registrar, como ocorreu hoje na Comissão de Justiça desta Casa, o voto favorável, o voto de solidariedade do PPB ao futuro Município de São Roque, que está sendo desmembrado do Município de São Lourenço do Oeste, cujo Prefeito esteve (e acho que ainda está) nas galerias: o nosso colega e grande companheiro Cairu Hack.

Desejamos que a emancipação desse Distrito sirva exatamente para a sua autonomia administrativa, para a melhoria das condições de vida de todos aqueles que lá habitam. Tenho certeza que daqui a pouco

receberão, unanimemente, o voto "sim" desta Casa Legislativa.

Mas, senhor Presidente e senhores Deputados, estamos num período eleitoral. Exatamente daqui a dois meses teremos eleição para a Presidência da República, para o Governo do Estado, para a Câmara Federal e para o Senado da República.

As campanhas já estão tomando as ruas, e estamos observando, sem dúvida nenhuma, um amadurecimento muito acentuado, especialmente da população do nosso Estado.

A nossa coligação, intitulada Mais Santa Catarina, tem como candidato o Senador Esperidião Amin ao Governo do Estado e o ex-Embaixador e ex-Senador da República Jorge Bornhausen ao Senado da República. Temos feito reuniões em todo o Estado de Santa Catarina, nas quais se discute as aspirações, as necessidades e os problemas das comunidades.

O que se tem verificado, Deputado Eni Voltolini, é que não estão existindo aquelas promessas que eram normais em outros pleitos eleitorais. Hoje ouve-se as ponderações e busca-se dar uma resposta de como fazer e onde buscar os recursos para fazer aquilo que as pessoas entendem ser necessário.

No que diz respeito ao Senador Esperidião Amin, algumas áreas são específicas, como é o caso da agricultura. E se vou falar mais insistentemente na agricultura neste momento é porque aqui, neste Plenário e nas galerias, encontram-se um sem-número de pessoas que têm vivência com a agricultura. Por isso é que eu vou fazer questão de tocar neste assunto.

O Senador Esperidião Amin, quando Governador deste Estado, implementou alguns programas na área da agricultura, como o Troca-Troca, o Crédito Fundiário, que deram resultados excepcionais na manutenção das pessoas no campo. E agora nós vemos a agricultura do nosso Estado com grande e grave preocupação. Vários são os discursos nesta Casa alertando que efetivamente está havendo uma corrida para os centros maiores exatamente pela falta de condição dos agricultores continuarem no campo.

Com a criação do Banco da Terra, acho que teremos todas as condições de deixar o agricultor na terra e dar a ele a expectativa de ter algo que seja concorrente com os demais produtos que aí estão. E ninguém pode aqui se afastar da globalização, que existe, especialmente com os países do Mercosul.

Esses recursos, na minha concepção, Deputado Pedro Uczai, estarão disponíveis dependendo de uma coisa: da agilidade dos Governos Estaduais. Porque o Banco da Terra, que tem aproximadamente R\$2.000.000.000,00 para serem aplicados na agricultura deste País, tem tudo a ver com o Estado de Santa Catarina, até porque, Deputado Carlito Merss, V.Exa., que entrou muito sorridente, naturalmente não concordando com as minhas colocações, mas se concorda, muito melhor para mim...

O Banco da Terra, Deputado Carlito Merss, foi repassado a uma lei nacional por uma experiência realizada em Santa Catarina. E o Deputado Idelvino Furlanetto, que me sinaliza negativamente, há de convir que a implementação de um programa de fixação do homem na terra com recursos oriundos não só do Banco da Terra, como do Governo Estadual... Porque o Governo Estadual, lamentavelmente, Deputado... Hoje sequer sabemos quem é o Secretário da Agricultura do nosso Estado! Depois da saída do Deputado Gelson Sorgato, eu confesso a

V.Exa. que não sei quem é o Secretário da Agricultura. E o Estado de Santa Catarina tem que ser um animador de um projeto de retenção do homem na terra.

O Deputado Idelvino Furlanetto, com o qual em muitas oportunidades tenho concorrido, sinalizou-me negativamente porque não acredita na proposta do nosso candidato. Mas ele sabe o que o Esperidião já fez, e já fez muito por Santa Catarina. E agora ele vai, com a experiência que já tem, com a capacidade que já tem, com a lei em que foi o protagonista, com a força que terá como futuro Presidente da República, trazer esses recursos e deixar o homem da terra com possibilidades de continuar na terra e competir em igualdade de condições.

Quero também dizer ao Deputado Idelvino Furlanetto que a agricultura familiar que ele tanto defende, e da qual sou um admirador, é uma das coisas que tem que ser incentivadas, e quem já teve um processo de fixação de pessoas no meio rural tem hoje uma grande experiência, que é o Senador Esperidião Amin. E quero dizer mais: os programas dele sempre foram voltados para os menos favorecidos, portanto, incluídos integralmente à agricultura familiar. Esta é a grande realidade!

Nós haveremos de ter o Governo do Estado a partir de 1º de janeiro, porque realmente hoje não temos em Santa Catarina um Governo. O Governo está muito mal! Mas muito mal mesmo! Ele sequer serviu para fazer aquilo que é fundamental num Governo, que é animar grandes projetos para o Estado.

E este Governo, Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. têm que colocar a mão na consciência -, foi apoiado pelo Partido de V.Exa. Este Governo que aí está foi apoiado pelo Partido de V.Exa.!

Mas ainda há condições de recuperação do seu Partido, desde que se integre nessa caravana, que não é a caravana da vitória do Mais Santa Catarina, é a caravana da vitória do Estado de Santa Catarina!

Nós vamos, sem dúvida nenhuma, fazer com que Santa Catarina readquirir a credibilidade que, lamentavelmente, foi arranhada de morte. E não foi arranhada por nós, mas pelo Governo que aí está!

Mas, para não dizerem que quero falar sozinho, inicialmente vou ouvir o Deputado Pedro Uczai, em seguida o Deputado Idelvino Furlanetto e o meu colega Olives Santini, dentro do espírito democrático que sempre norteou a minha atividade nesta Casa durante vinte anos. E agora almejo chegar ao Congresso Nacional, juntamente com o Colega Eni Voltolini e outros Colegas que buscam isso, não com o objetivo de resolver tudo, mas pelo menos com o objetivo de fazer com que a imagem do Congresso Nacional seja a mais limpa possível, e isso eu tenho condições de fazer!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Gilson dos Santos, V.Exa. está há vinte anos aqui com uma eloquência muito importante, eu estou há um ano e meio, mas quero dizer a V.Exa. da preocupação que tenho quando vejo este Plenário com muitos rostos de agricultores imaginando Amin Governo do Estado, imaginando esse mesmo poder político continuando no Governo Federal.

Honestamente, fico muito preocupado. Num dos cinco dedos de FHC está a agricultura, e o Amin deu sustentação para abrir as fronteiras, para comprar comida da Argentina, mas impedem que venham carros do estrangeiro, que têm 63% de imposto. Para comprar alimentos, para os agricultores se

empobrecerem aqui, como os produtores de alho nessa conjuntura, está tudo aberto!

Esse Amin que dá sustentação no Congresso para uma política de juros mais altos do que aqueles que têm financiamentos acima de R\$200.000,00 é o mesmo Amin que quer ser o Governo do Estado!

Não é o Governador nem o Prefeito - e não estou defendendo o Paulo Afonso aqui! - que determinam preço de produto agrícola. O Governo Federal pode definir preço de produto agrícola, mas deixa ao léu, financia mas não garante nem seguro agrícola, nem crédito, nem preço para os pequenos agricultores.

A desgraça dos agricultores é a graça do Real. A estabilização monetária, uma das bases da sustentação, é a transferência de mais de dez bilhões de reais da agricultura, e o seu candidato é defensor. E pelo seu discurso, vai continuar defendendo o empobrecimento da agricultura.

Hoje os agricultores continuam mobilizados para terem o perdão de R\$490,00, R\$500,00 de um financiamento que não conseguem pagar porque não foi garantido um preço decente na safra! Eles precisam se humilhar e pedir o perdão de R\$500,00! E dizer que isso é defesa da agricultura?! Onde está a agricultura deste País? Onde está a pequena agricultura?! Onde estão os pequenos agricultores do Estado?! E não é o Prefeito ou o Governador que decide, é a política nacional.

Então, é esse candidato que se quer Governador do Estado?! Eu fico muito preocupado vendo agricultores tendo como Governador essa figura. Como não vai acontecer, Milton Mendes vai ser o Governador e vai dar a esperança de uma sociedade melhor para os nossos pequenos agricultores em Santa Catarina, porque efetivamente os cinco dedos estão pitocos. E, como diz o agricultor, pitoco não brota mais nem segurança, nem emprego, nem agricultura, nem saúde, nem educação. Está tudo pitoco, e como pitoco não brota, a agricultura vai continuar empobrecendo se o FHC e o Amin continuarem no poder.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Deputado Pedro Uczai, o candidato de V.Exa. a Presidente da República já tem um dedo a menos; então, realmente, já está complicado!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas ele perdeu no trabalho, isto aconteceu num acidente de trabalho. O outro aconteceu num acidente...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Se V.Exa. for falar no trabalho do Lula, realmente vai ficar difícil, porque já faz tempo que ele não trabalha!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Ele está dando muito trabalho.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Isso é outra coisa, mas já faz tempo que ele não trabalha, Deputado Idelvino Furlanetto.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas está dando muito trabalho!

Deputado Gilson dos Santos, o seu candidato a Governador, com o apoio do Fernando Henrique, vai ser um buraco na água. Veja que de 83 a 94, pelo crédito fundiário, pelo dito programa do Esperidião Amin, foram assentadas 2.253 famílias. Pela reforma agrária, não; para ocupar a terra e fazer reforma agrária foram assentadas mais de quatro mil pessoas, certo?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Que período?

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - De 85 a 97, foram assentadas mais de quatro mil famílias.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Então são doze anos. Se em quatro ele assentou 2.500 famílias sem nenhum tipo de problema... Aliás, foi o único Governador que fez, e está com 54%, pela pesquisa.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas acontece que a população não está bem informada.

Deputado, foram expulsas da roça, de 85 a 97, praticamente 40 mil famílias. Destas famílias que foram assentadas pelo crédito fundiário, nós vamos ter que começar a premiar quem for lá na base e encontrar alguma família que continuou vivendo lá!

Eu vou lhe contar, Deputado Gilson dos Santos, no programa que está aí, com 12% ao ano... No terceiro ano há carência; no quarto ano, quando vai pagar, já aumenta a dívida dele, de 20 mil vai para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo-lhe mais um minuto, Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, eu não vou ter condições de responder às colocações, até porque o Deputado Idelvino Furlanetto já respondeu no momento em que ele disse que em 12 anos assentaram quatro mil e em quatro anos o Esperidião Amin, sem nenhum tipo de aríto, assentou 2.500.

Então, acho que já está absolutamente respondido. Na proporção do Esperidião, em 12 anos dariam praticamente 10 mil pessoas, no mínimo.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas a reforma agrária é...

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - A reforma agrária é uma coisa que todos nós queremos, e vai haver. Quero dizer a V.Exa. que o Esperidião será um animador do processo da reforma agrária.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Retira o povo da terra e faz reforma agrária!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Quería que V.Exa. aderisse a esta causa, que é a causa da maioria dos co-estaduanos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - A reforma agrária, sim!

O Sr. Deputado Olices Santini - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Olices Santini - Gostaria de corrigir alguns dados ditos pelo Deputado Idelvino Furlanetto.

Primeiro, nós assentamos 2.500 famílias em três anos, porque começamos o programa no segundo ano do Governo do Esperidião Amin. E em 12 anos eles não assentaram quatro mil completos ainda.

Um outro dado muito importante (e tenho os custos tanto do Incra como da Secretaria da Agricultura) é que no tempo do ex-Governador (e futuro!) Esperidião Amin o custo foi de 20% por assentado comparado com esse programa de reforma agrária, que tem invasão, conturbação, e principalmente porque fica sustentando o sujeito lá na propriedade depois. O programa do Amin jamais precisou, depois de dar as condições de trabalho em uma propriedade, manter o assentado com crédito de emergência e não sei mais o quê.

O Esperidião Amin deu crédito de emergência de R\$300,00 durante a enchente de 1993 para todos os agricultores catarinenses e não cobrou. E sabe de onde ele tirou esses recursos? Do lucro do BESC, Deputado Jorginho Mello! E foi uma decisão do acionista majoritário.

Retirou do lucro do BESC o subsídio que os pequenos agricultores precisavam.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peça a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Jorginho Mello.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Senhor Presidente, solicito que V.Exa. consulte as Lideranças sobre a possibilidade de inverter a pauta, colocando inicialmente a Resolução nº 08/98, que autoriza o plebiscito no futuro Município de São Roque, porque essas pessoas tem que viajar até São Lourenço do Oeste, que é longe daqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Consulte as Lideranças.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, não temos nenhuma objeção. Acho que é perfeitamente válido e acima de tudo justo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, todos nós depreendemos um esforço hercúleo para viabilizar a deliberação desta matéria hoje de manhã na Comissão, tendo em vista a possibilidade do Plenário também fazê-lo na tarde de hoje.

Portanto, considerando a presença de pessoas do Município de São Lourenço do Oeste, do Distrito de São Roque e a distância para irem daqui até lá, é realmente importante e conveniente a proposta do Deputado Jorginho Mello no sentido que se inverte a pauta e se vote agora essa matéria.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Senhor Presidente, da mesma forma, acho que é oportuna a iniciativa do Deputado Jorginho Mello de solicitar a inversão da pauta, para que já no primeiro momento de deliberação possamos nos ater a esta importante matéria de interesse das comunidades de São Roque e São Lourenço do Oeste, que encontram na Bancada do PFL e neste Líder respaldo e apoio para que, a partir de agora, através de um plebiscito, expressão da democracia e do livre pensamento, possamos decidir sobre o seu futuro.

Com a aquiescência dos Líderes em relação à inversão da pauta, esta Presidência determina os procedimentos de praxe em relação à justificativa de ausência do Deputado Reno Caramori.

Solicito ao senhor Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Estão presentes 26 senhores Deputados.

Esta Presidência solicita a atenção dos senhores Deputados para a comunicação que vamos fazer. Comunicação essa passível de uma eventual impugnação nos termos do art. 189 do Regimento Interno.

(Passa a ler)

"Senhores Deputados:

Após a aprovação e inclusive a publicação da Lei nº 10.790, de 03 de julho de 1998, referente ao Projeto de Lei nº 204/98, que 'estabelece linha de correlação no âmbito das extintas Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - FUCADESC - e Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor - FUCABEM, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 083, de 18 de março



de 1993', constatou-se a inexistência no Anexo II, que deveria estabelecer os cargos especificados no § 2º do art. 1º, tornando-o, desta forma, inaplicável.

Conforme estabelece o art. 189 do Regimento Interno, necessário se faz tal comunicação ao Plenário e que, se não houver nenhuma impugnação, determine-se a sua publicação com o referido Anexo em sua plena exatidão."

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, era exatamente isso que gostaríamos que V.Exa. providenciasse, pelo menos no que nos diz respeito, porque o que nós aprovamos aqui torna-se absolutamente inaplicável, se o Anexo não tiver a sua publicação.

Nós iríamos até fazer o apelo a V.Exa., mas votaremos favoravelmente a esta decisão, porque além de estar dentro do Regimento Interno vai atender o pressuposto de que todos os Deputados aqui queriam naquela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Muito obrigado, Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Em nome da Bancada do PMDB, senhor Presidente, eu quero manifestar aqui a essência com a comunicação de V.Exa., porque corrige uma inexistência material e aí, sim, possibilita dar concreção à lei, tendo em vista a publicação incorreta de um dos anexos da lei referida por V.Exa.

Portanto, em nome da Bancada do PMDB, a absoluta aprovação à comunicação feita por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto se há mais alguma manifestação.

(Pausa)

Não havendo mais nenhuma manifestação, considera-se que não houve impugnação e determinamos que a assessoria tome as providências nos termos do Regimento Interno.

Deputado Jorginho Mello, o primeiro projeto da pauta é de sua autoria, mas, de acordo com a comunicação feita pelo Deputado Francisco Küster, já houve concordância de inversão de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 08/98, de procedência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que determina a realização de plebiscito no Distrito de São Roque, Município de São Lourenço do Oeste.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para en-

caminhamento de votação, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A Bancada do PT, não tem consenso sobre a posição de emancipação de Municípios. Assim sendo, no processo de votação a Bancada está liberada para votar.

Em segundo lugar, a minha posição neste caso concreto é votar favorável, porque deveria ser resolvido no momento das emancipações, mas problematizei isso, hoje, na Comissão.

O senhor Presidente tem o Projeto de Resolução nº 09/98 que não pode ser colocado em pauta, pois não foi isso que discutimos na Comissão hoje pela manhã. Se for esse o conteúdo deste projeto, eu votarei contra os dois projetos.

Então, precisamos esclarecer, porque em Bateas de Baixo, a princípio, pela discussão feita hoje pela manhã, não é realização de plebiscito, mas a configuração de uma comissão.

Então, precisamos identificar, porque o nosso posicionamento é o seguinte: em relação a São Roque é um caso *sui generis*, pois se emancipou Novo Horizonte e não se emancipou, na época, São Roque, prejudicando a composição daquele espaço geográfico.

Por isso, baseado nesses argumentos me posicionei favorável, deixando a Bancada liberada.

Com relação a Bateas de Baixo foi composição de Comissão, portanto não pode ser de plebiscito. Se for, vamos nos posicionar contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com relação a Bateas de Baixo me parece que pode haver algum problema, sim. Eu apenas peço a V.Exa. para que tratemos desse problema de São Roque em seguida. Vamos analisar, enquanto isso a assessoria já está nos repassando em relação ao 09/98.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Senhor Presidente, rapidamente em meu nome, em nome do Deputado Francisco Küster e em nome do PSDB encaminhamos favoravelmente para que se corrija esse erro quando da emancipação dos outros Municípios. O nosso voto da Bancada é favorável.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Primeiramente solicito que a votação seja nominal. E gostaria de dizer que vamos votar favorável porque é de autoria deste Deputado a lei complementar que permitiu que só os Distritos possam votar no plebiscito.

Evidentemente que se tivéssemos votar apenas o Município-mãe, dificilmente criaríamos qualquer Município. E somos defensor da tese que o Município quanto menor melhor é para se administrar. E a prova é concreta, os 33 novos Municípios criados e instalados estão se saindo muito bem.

Por isso, votamos favoravelmente, porque entendemos que São Roque tem todas

as condições para se tornar um grande Município.

O Sr. Deputado Olices Santini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Olices Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Por deferência do nosso Líder, Deputado Gilson dos Santos, encaminhamos que o PPB irá votar favorável ao projeto de resolução pela emancipação do Município de São Roque.

Os nossos cumprimentos à comunidade e ao Município de São Lourenço. E solicitamos, até para ficar nos Anais, na história da emancipação do Distrito de São Roque, que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não, esse requerimento é deferido por solicitação de V.Exa.

A Presidência defere.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Nós que conhecemos a situação do Município de São Lourenço, por se tratar de uma situação peculiar devido às dimensões das divisões geográficas, principalmente do Município, somos amplamente favorável à emancipação do Distrito de São Roque.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Como já tive a oportunidade de me manifestar representando a Bancada do PFL, sem dúvida, e pela importância da oportunidade da manifestação legítima e democrática através de um plebiscito amplo e irrestrito, no sentido de que a própria comunidade de São Roque venha a se manifestar quanto ao desejo de caminhar com os próprios pés daqui para a frente, trilhando o seu caminho de independência político-administrativa, como Líder da Bancada do PFL encaminho para a votação pela aprovação. E nesta oportunidade, da mesma maneira, falo em nome do Deputado Wilson Wan-Dall, da Bancada do PFL, presente nesta sessão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, para a correção de uma impropriedade decorrente da aprovação do Distrito de Novo Horizonte, que praticamente inviabilizou, sob o aspecto territorial, o Município de São Lourenço do Oeste, por entender que os requisitos de lei estão satisfeitos em razão de análise que fizemos na Comissão na condição de Relator, em nome da Bancada do PMDB encaminhamos favoravelmente a aprovação do projeto de decreto legislativo a fim de que soberanamente a população do Distrito de São Roque se manifeste sobre a sua emancipação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao senhor Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à cha-

mada dos senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA	ausente
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	não
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	ausente
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	ausente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	ausente
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADA IDELI SALVATTI	ausente
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	ausente
DEPUTADO IVO KONELL	sim
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	ausente
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	ausente
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	ausente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	ausente
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	abstenção
DEPUTADO UDO WAGNER	sim
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 25 votos "sim", 1 voto "não" e uma abstenção.

Está aprovado.

Fizemos o registro e agradecemos pela presença das lideranças do Distrito de São Roque que comparecem nesta tarde a esta Casa. Agradecemos ao senhor Prefeito, aos Vereadores e às demais lideranças pelo prestígio à presente sessão plenária.

Sempre que desejarem, independentemente de ter votação de emancipação, esta Casa estará aberta para recebê-los.

Senhores Deputados, nós temos um pequeno problema com relação à Resolução nº 09/98, já levantada pelo Deputado Pedro Uczai.

Solicitamos a compreensão dos senhores Deputados, por trinta segundos, para que esta Presidência possa conversar com o Presidente da Comissão de Justiça sobre este assunto.

(Pausa)

Senhores Deputados, tendo dúvidas a respeito do parecer desta resolução, a Presidência retira da pauta e encaminha à Presidência da Comissão de Justiça para que esclareça o seu andamento, podendo retornar à pauta oportunamente.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 296/97, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que concede título de cidadã catarinense à senhora Neusa Mendes Guedes.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 001/98, de procedência governamental, que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai (Intervindo) - Esse imóvel, do que se trata, por favor? Não é do IPESC?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Permissão do uso de parte do imóvel de propriedade do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC -, matrícula 3.200, Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis. O uso gratuito de parte do referido imóvel para a construção de um prédio para abrigar a sede MR - Grande Loja de Santa Catarina, instituição maçônica sem fins lucrativos.

Este projeto deu entrada no dia 16/02/98; e a ele foi apresentada uma emenda aditiva, de autoria do Deputado Pedro Uczai. A Comissão de Justiça manifestou-se pela rejeição da emenda, e foi aprovado o parecer pela rejeição da emenda, do Deputado Pedro Uczai.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peça a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Este projeto que autoriza a permissão do uso de imóvel no Município de Florianópolis já esteve nesta Casa vários questionamentos quando se teve efetivamente tempo para discuti-lo. E hoje pela manhã, quando se priorizava outros projetos para discussão, passou meio despercebido pelas Comissões e requer aqui uma responsabilidade ética, moral e política de todos nós, Deputados.

Deputado Volnei Morastoni, V.Exa. tem numa das pautas prioritárias a questão da saúde neste Estado e, no âmbito da saúde, o IPESC como um Instituto que em tese deveria fornecer saúde para os funcionários públicos. E esse Instituto está agora doando parte do seu patrimônio para uma entidade. Porque dizer que vai usar vinte anos não tem outro termo que resuma o de doação.

Senhores Deputados, é inadmissível para a coisa pública esta Casa conceder, ceder, doar, permutar qualquer categoria que tenha que explicar. Mas não se consegue convencer aqui passar um terreno que, no mínimo, poderia ser vendido, comercializado para saldar dívidas, ou para fornecer um melhor serviço para os funcionários públicos.

Qual a compreensão dos senhores Deputados para votar esse projeto de lei favorável, concedendo um terreno em uma área nobre?

Não venho aqui discutir para qual entidade que deve ser doado e quais as razões meritórias da entidade que está recebendo. O que temos que discutir é a procedência do terreno, a origem do imóvel, que é de um Instituto, o IPESC, dos funcionários.

No mínimo, se quisermos ser democrático, deveríamos consultar esses funcionários que hoje não têm atendimento decente da

saúde antes de ceder um terreno para uma outra entidade. Qual a razão que motiva V.Exas. a aprovarem esse projeto de cessão deste terreno para uma entidade social?

Mesmo que tenha todos os méritos essa entidade, não é essa a questão do meu debate, mas fundamentalmente é o IPESC com todos os problemas que tem, com todos os funcionários públicos sofrendo, que quando ficam doente não possuem atendimento no seu próprio Instituto, muitos deles têm que pagar consulta particular, ou em alguma cidade estão sendo atendidos pelo SUS, Deputado Volnei Morastoni, porque são melhores atendidos do que pelo IPESC, para quem descontam todos os meses na sua folha de pagamento.

Os funcionários públicos estão aí sem atendimento, os diversos setores não estão recebendo e ao mesmo tempo nós, Deputados, com a melhor tranquilidade, com a maior inocência possível, acho que deve ser muita inocência, estamos doando um terreno para uma entidade sem finalidade na área da saúde.

É inadmissível ética, moral e politicamente esta Assembléia decidir esse projeto. Temos que rejeitar esse projeto. Inclusive quero ver o voto nominal aqui, Deputado Volnei Morastoni, para ver qual é a posição dos Deputados em relação à doação desse terreno. E quero ver Deputados irem para os Municípios dizer que defendem funcionários públicos. Quero ver Deputados irem para os Municípios dizer que defendem as instituições públicas. Quero ver Deputados em sessenta dias defender escola pública, hospital público, funcionário público. É nessa direção que quero ver esses sessenta dias aqui.

A Bancada dos Partidos Trabalhadores tem uma responsabilidade ética, os seis aqui dentro, de mostrar para esse Estado que é inadmissível fazer com a coisa pública o que está sendo feito com o patrimônio de um Instituto que está em crise e não consegue nem responder à saúde de seus próprios funcionários.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Companheiro Pedro Uczai, neste caso não se trata nem de um descaso. Trata-se de um pouco caso. Algo mais grave do que um descaso, porque é na linha da chantagem. Exatamente neste instante milhares, centenas de milhares, porque são mais de 500 mil, entre servidores e seus familiares estão sem o atendimento pelo IPESC, porque esse Governo do Estado não honra os compromissos com o IPESC e por conseguinte não honra os seus compromissos com os seus servidores.

Ao mesmo tempo que isso acontece este Governo encaminha para esta Casa um projeto de lei para doar um patrimônio do IPESC, um imóvel do IPESC para terceiros.

Não importa aqui discutir qual é a entidade, seja ela qual for. Poderia ser qualquer uma, não estamos aqui a discutir se é "a", "b" ou "c" nem a finalidade para a qual essa determinada entidade poderá utilizar esse imóvel.

Na verdade, é um patrimônio do IPESC. Este mesmo Governo que não honra os seus compromissos com o IPESC, que é acima de tudo um patrimônio dos servidores, pratica este ato de descaso, de pouco caso, de chantagem, ao dilapidar ainda mais este patrimônio, transferindo-o para terceiros.

A recente auditoria do Tribunal de Contas sobre o IPESC mostrou no seu relatório

exatamente os vários momentos, ao longo da história, como o patrimônio do IPESC foi sendo dilapidado. Primeiro, a irresponsabilidade do Governo, desde 1980, que não cumpre a sua cota patronal, e hoje a situação está mais agravada também por ele não repassar os respectivos duodécimos aos Poderes. E numa reação em cadeia, em cascata, esses Poderes, como a própria Assembléia, não estão repassando a sua cota patronal. Quer dizer, é uma situação que realmente não podemos mais ficar passivos perante ela.

Estamos com uma comissão mista de trabalho, a Comissão de Saúde, entidades prestadoras de serviço, entidades médicas, entidades dos servidores - inclusive temos uma nova reunião amanhã, às 17h -, debatendo esta situação do IPESC e tirando propostas para saídas alternativas para o IPESC, porque não podemos continuar permitindo esta dilapidação do patrimônio do IPESC, como no caso da transferência, da doação desse imóvel.

São inúmeros imóveis que o IPESC tem que nem sequer escriturados estão, nem sequer estão incorporados ao patrimônio do próprio IPESC, mas esse está. E a Secretaria da Administração não pode, simplesmente, encaminhar isto para cá passando por cima do IPESC, sem nenhuma consulta.

A própria Presidência do IPESC - porque neste caso o Presidente confirmou em um ofício a esta Casa, através da Comissão de Saúde, da Comissão Especial sobre o IPESC - sequer sabia desse imóvel que estava sendo doado.

Então, no mínimo, se em determinados momentos esta Casa não acolheu o chamamento dos servidores, das entidades, para não votar nenhuma matéria de interesse do Governo, enquanto ele não regularizar a situação do IPESC, no mínimo, neste momento, não deve votar um projeto como esse, de transferência de patrimônio do IPESC enquanto este Governo não regularizar a situação do IPESC. E mesmo assim é discutível, porque não pode continuar fazendo isso dessa forma, como vem fazendo historicamente.

O IPESC hoje está devendo para os prestadores de serviço ainda uma parte do mês de abril, já tem o mês de maio vencido - não tem nem perspectiva de pagamento - e já está vencendo o mês de junho, porque sempre está pagando com dois meses de atraso. E mesmo pagando com dois meses de atraso não tem dinheiro para pagar junho, que já está vencendo agora, maio, que já venceu, e ainda deve parte de abril. E faz doação de terreno, usando o patrimônio do IPESC dessa maneira.

Então, é uma questão de bom senso que não se poderia votar essa matéria.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Pedro Uczai, o meu aparte é muito simples. Eu quero perguntar ao Presidente da Assembléia por que este projeto está na pauta de hoje, se ele foi votado pela manhã.

Deveria ter sido, inclusive, comunicada, conforme o Regimento da Casa, a pauta com antecedência de vinte e quatro horas!

Então, a primeira questão é esta questão de ordem. Esse projeto não poderia estar na pauta para votação hoje, porque ele foi votado perto do meio-dia na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Então, esta é a primeira questão.

A Segunda questão que eu quero levantar, Deputado Pedro Uczai, é sobre esse

projeto provocado que foi pela Comissão Especial que trata da questão do IPESC.

Nós fizemos um pedido no dia 27 de maio, e o Presidente do IPESC mandou a seguinte correspondência, no dia 20 de maio:

"Outrossim, informo que não há conhecimento, por parte do IPESC, de doação da parte remanescente que foi cedida à Fundação de Apoio ao Hemosc e ao Cepon, pois está sendo usada pela Associação dos Funcionários do IPESC - AFIPEC."

E no dia 09 de julho o mesmo Presidente do IPESC, o senhor Ari Martendal, manda a seguinte mensagem:

"Cumprimentando-o cordialmente, venho, através do presente, informar a V.Exa., em atenção ao ofício nº 138/98 CCJRL, encaminhado ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Afonso Evangelista Vieira, que sou favorável à exordial da Mensagem nº 3.230, revertida em Projeto de Lei nº 0015/98."

Ou seja, o que aconteceu entre o dia 20 de maio e o dia 8 de julho? O senhor Ari Martendal foi chamado às falas no Palácio, às puas, para não dizer outra coisa que este microfone não merece ouvir e muito menos ser registrado em ata. Foi isso que aconteceu entre o dia 20 de maio e o dia 8 de julho, para a mesma pessoa assinar que agora é favorável à doação do patrimônio?

Então, senhor Presidente e senhores Deputados, em primeiro lugar eu queria exigir o cumprimento do Regimento, que seja imediatamente retirado da pauta. Amanhã, às 17h, nós teremos uma reunião. As entidades que estão tratando da crise do IPESC não vão admitir que votemos, que aproveemos algo absurdo como este, até porque é o seguinte: se é para doar o terreno, então vamos vendê-lo. Vamos vender o terreno e normalizar a situação do IPESC pagando as pensionistas que não receberam, pagando os médicos e os ambulatórios para normalizar o atendimento. É isso que tem que ser feito gente, pelo amor de Deus!

Se tomarmos uma medida como essa, em uma hora como esta, onde todo o funcionalismo público está em uma das piores situações da sua história, esta Casa será achincalhada, principalmente com uma mudança de posição em menos de vinte dias do senhor Ari Martendal, que escreve e assina que não sabe, que não era de acordo e que dez ou quinze dias depois assina dizendo que é favorável. Quem é o senhor Ari Martendal? É o Presidente nomeado pelo Governador para ser o Presidente do IPESC, isto é, vai fazer tudo o que o senhor Governador quiser.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, vou concluir a minha intervenção falando sobre a necessidade de nós, Deputados, tomarmos uma posição responsável sobre esse projeto. E efetivamente, com a pouca, ou melhor, sem discussão nas Comissões hoje de manhã, esperamos que possa ter neste Plenário um outro encaminhamento que não seja a aprovação da doação desse imóvel do IPESC.

Deputado João Henrique Blasi, quando vejo também a posição do PPB e do PFL extremamente favorável ao projeto, e não só o Governo, começo a ficar preocupado e penso como se constrói essa relação do patrimônio público - em nível nacional já sabemos o que está acontecendo - e o que será deste Estado se esses Poderes forem hegemônicos na definição da política estadual.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi -

Senhor Presidente, quero louvar, como sempre o faço, a ênfase com que a Deputada Ideli Salvatti ocupa a tribuna e se manifesta. Mas por outro lado, quero deplorar uma atitude, que é sempre contumaz na Deputada Ideli Salvatti, a de criticar pessoas ausentes.

O Presidente do IPESC estará aqui amanhã, pela manhã, e será o momento próprio, adequado e correto para que ela faça, em presença do interessado, as afirmações que fez aqui.

É lamentável essa postura da Deputada Ideli Salvatti, que reiteradamente tem assim agido, no sentido de criticar pessoas ausentes e não poder propiciar a elas o direito de defesa.

No entanto, com referência a esse projeto, eu entendo que a ponderação da Deputada Ideli Salvatti faz sentido e pode-se perfeitamente retirá-lo de pauta para melhor análise e apreciação na próxima oportunidade que a Assembléia voltar a se reunir.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhores Deputados, vou encerrar dizendo que esse é...

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - V.Exa me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta)(Faz soar a campainha) - Senhor Deputado Norberto Stroisch, V.Exa. poderá fazer o aparte, pois a Presidência vai conceder mais 30 segundos, apenas dizendo que há a solicitação de retirada de pauta e essa Presidência está acatando o devido pedido.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Eu apenas quero fazer coro à sua decisão, senhor Presidente, pois acho prudente a retirada da pauta dessa matéria para que se possa fazer uma discussão mais aprofundada, inclusive aproveitando essa específica Comissão Especial, que existe na Casa que trata dos assuntos do IPESC, para que nós tenhamos uma clareza maior quanto a esse propósito do projeto. E no momento em que deliberarmos, que tenhamos um conceito e uma definição bastante aprofundada com relação a essa matéria.

Entendo também que seja...

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente, só quero fazer um comunicado à Bancada do PT: que fiquemos alerta, porque na Comissão não ficamos muito alerta e passou nas três Comissões.

Precisamos ficar alerta, porque virá em um outro momento que estaremos sonolentos e vai passar. Que a nossa sonolência não nos pegue de surpresa de novo como nos pegou nesta manhã.

Estou fazendo autocrítica da nossa Bancada para não criticar os que estão na pressa votando, até porque, senhor Presidente, nas Comissões, quando questionamos, foi retirado de pauta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Fica, portanto, retirado da pauta o presente Projeto de Lei nº 01/98.

Sobre a mesa requerimento de autoria do senhor Deputado Gilmar Knaesel, que solicita que seja convidado o senhor Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina a comparecer na Comissão de Finanças de Tributação para prestar esclarecimento sobre o não-cumprimento das obrigações quanto ao pagamento de benefícios às pensionistas daquela instituição e responder as perguntas que forem formuladas pelos Parlamentares a respeito do assunto.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do senhor Deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, reivindicando que sejam tomadas medidas emergenciais no sentido de atender às necessidades prioritárias do Município de Balneário de Camboriú - SC.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do senhor Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Estado da Fazenda, reivindicando liberação de duas parcelas restantes (8ª e 9ª), no valor de R\$4.956,40, referentes ao Termo de Convênio Estado/SCBV de Concórdia nº 5928/1997-5, firmado em 30 de maio de 1997, vencidas em atraso: ao mesmo tempo, a liberação de seis outras parcelas, também em atraso, de termos de convênio firmados pelo Estado e a SCBVC, este ano.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti e outros que solicita regime de urgência ao Projeto de Lei nº 223/98, que acrescenta alínea ao parágrafo único do art. 14, da Lei nº 9.163, de 23 de julho de 1993, que dispõe sobre o regime de concessão da administração de pontes e rodovias estaduais.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria da senhora Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Presidente do Congresso Nacional, ao Ministro da Fazenda e ao Secretário da Receita Federal, manifestando solidariedade aos servidores da Receita Federal paralisados no dia 04/08/98.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria dos Deputados da Bancada do PPB, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento e ao Ministro da Fazenda, reivindicando a adoção de medidas urgentes a fim de anistiar e/ou prorrogar, por no mínimo dez anos, débitos dos

valores relativos ao crédito de emergência destinado aos pequenos agricultores catarinenses no ano de 1996, cujo vencimento se dará neste exercício de 1998.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria de vários senhores Deputados, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e Abastecimento, ao Ministro da Fazenda e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, reivindicando a intervenção junto ao Banco do Brasil S/A, principal repassador para o plano de safra 98/99, no sentido de evitar que esta instituição de crédito onere os agricultores com taxas de cadastro, Ourocap, seguros de vida e seguros de residência.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e Abastecimento, ao Ministro da Fazenda e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, reivindicando a adoção de providências urgentíssimas no sentido de anistiar e/ou, em última análise, prorrogar por no mínimo dez anos os débitos dos valores relativos ao crédito de emergência destinado aos pequenos agricultores catarinenses no ano de 1996, cujo vencimento se dará neste exercício de 1998.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e Abastecimento, ao Ministro da Fazenda e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, reivindicando o repactuação de todas as dívidas dos pequenos e médios agricultores, independente da finalidade, com prazos não inferiores a 10 anos, o reenquadramento dos encargos financeiros em um patamar não superior a 50% da inflação anual ou a transformada em troca-troca por produto, a concessão de crédito de emergência destinado ao atendimento de aproximadamente 40.000 famílias de pequenos agricultores.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que o apro-

vam permaneçam como se encontram.

Aprovado.  
Solicito à assessoria que os requerimentos com o mesmo conteúdo e para as mesmas autoridades sejam enviados numa única mensagem.

Moção de autoria dos senhores Deputados Neodi Saretta, Romildo Titon e Idelvino Furlanetto, a ser encaminhada ao Governador do Estado, reivindicando a prorrogação imediata do pagamento da primeira parcela do financiamento do crédito de emergência para as safras de 1996/1997 e propondo anistia total do referido crédito, em vista da descapitalização de todos os agricultores causada pela estiagem ocorrida no Oeste, pelas chuvas torrenciais no Sul do Estado e, neste ano, pelas imprevisíveis precipitações pluviométricas.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Indicação de autoria do senhor Deputado Reno Caramori, a ser encaminhada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, reivindicando transformar em rodovia estadualizada a estrada que liga o Município de São Domingos com a divisa do Estado do Paraná.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.  
Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.  
Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.  
Inscreto para falar o senhor Deputado Wilson Wan-Dall, a quem concedemos a palavra.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, V.Exa. me fez representar esta Casa, hoje pela manhã, no Programa Nacional do Aleitamento Materno, onde a Fundação Viva-Vida promoveu um encontro de todas as entidades em Santa Catarina. E fomos considerados pela organização nacional como o Estado de melhor desempenho neste programa no Brasil.

Por isso, gostaríamos, já que V.Exa. nos fez representá-lo, pela manhã, naquele ato, de passar às suas mãos, em nome da Presidência da Assembléia Legislativa, a estatueta de cristal que fizemos jus quando aprovamos aqui o projeto de lei do Governo do Estado incentivando o Programa Estadual do Aleitamento Materno.

Agradeço ao Deputado Wilson Wan-Dall e à Presidência pela liberação do horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Sergio Silva, por ter representado esta Casa nesta solenidade. Também ficamos satisfeitos pela Assembléia Legislativa ter recebido esta condecoração em função da aprovação do projeto de aleitamento materno. E nada melhor do que a Deputada Ideli Salvatti para nos conduzir esta estatueta.

Com a palavra o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON Wan-Dall - Cumprimento o Presidente por ter recebido da Deputada Ideli Salvatti a estatueta.

O Deputado Sergio Silva fez justiça em entregar à Deputada Ideli Salvatti para fazer a entrega solene ao Presidente, pois é a única mulher neste Plenário.

Senhor Presidente e senhores Deputados, rapidamente quero fazer um registro de que às 17h estaremos numa audiência na Secretaria da Justiça, acompanhados pelo Vereador José de Souza, o Vereador Hamilton, o senhor Wanderlei Voltolini, que é o representante do comércio daquele Município, e o Padre Romeu, que é o pároco da Paróquia São José no Município. Eles acabaram de chegar da cidade de Presidente Nereu.

A preocupação da comunidade é a respeito da construção do presídio ou cadeia (como muitos chamam) naquela localidade.

A comunidade está muito revoltada com essa atitude, pois é uma cidade pacata, uma cidade tipicamente de agricultores, e já fizeram um abaixo-assinado apelando ao Governo e ao Secretário da Justiça para que aquele Município não seja discriminado construindo um cadeia pública.

Eu gostaria neste ato, neste momento, de solicitar ao Líder da Bancada do PMDB, como também à Liderança do Governo nesta Casa, o apoio para que lá no Município de Presidente Nereu não possa ser instalado esse presídio, porque a comunidade está muito indignada.

O Padre Romeu vai poder falar com a Secretária da Justiça, acompanhado das lideranças da própria comunidade, representada pelo parente do nosso Deputado Estadual Eni Voltolini, que está aqui para falar em nome dos comerciantes e dos empresários daquele Município.

Esse é o apelo que faço à Liderança do PMDB, no sentido de que nos ajude a fazer com que a cadeia seja construída em outro local e não no Município de Presidente Nereu.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, quero convidar os senhores Líderes para uma reunião com a Presidência

amanhã, com horário a ser definido. Amanhã contactaremos os senhores Líderes para tratarmos de alguns assuntos importantes, dentre eles uma sessão fora do calendário especial no dia 17 de agosto, segunda-feira.

Portanto, já alertamos os senhores Deputados para que não assumam compromisso neste dia e, amanhã, numa reunião com os Líderes, faremos o encaminhamento desta sessão que deveremos fazer fora do calendário especial, no dia 17 de agosto, para tratarmos de algumas matérias importantes para o Legislativo e a sociedade catarinense.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 05 DE AGOSTO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

As nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Vanderlei Rosso, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Vanderlei Rosso) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nº :

3788, que encaminha as emendas aditiva e supressiva ao Projeto de Lei nº 210/98.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado César Souza, que concede ao servidor público dispensa do registro de frequência no dia do seu aniversário;
- de autoria do senhor Deputado Gilmar

Knaesel, que declara de utilidade pública a Associação de Amparo à Terceira Idade, do Município de Timbó.

OFÍCIOS Nºs:

2435/98, do senhor Diretor de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, reportando-se à Indicação nº 071/98;

8075/98, do senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, reportando-se ao Ofício nº GP/DP/829/95.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência informa que as Comissões de Finanças, de Justiça e de Serviços Públicos farão uma reunião conjunta, em seguida, para a análise de uma série de projetos. A Mesa Diretora estará reunida também.

Portanto, vamos suspender a presente sessão até as 11h, quando retornaremos com a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Rádio Clube de Lages, cumprimentando-a e toda a equipe pelo transcurso dos 51 anos de dedicação e relevante serviço prestado por esta emissora à laboriosa comunidade serrana.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Paineira, cumprimentando-os e a população deste Município pela comemoração, no próximo dia 7, de mais um aniversário de emancipação.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, anunciaremos a pauta da Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, hoje, às 14h:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei nºs 072, 080, 096, 097, 101, 156, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 166 e 170/98;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nºs 005/98;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 062/98;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 06/98;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 223/98.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 05 DE AGOSTO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olces Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIOS NºS:

2439/98, do senhor Diretor de Ensino Superior da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, reportando-se à Indicação nº 071/98, informando que está empenhada em viabilizar o Crédito Educativo Catarinense - CREDOCAT;

0032/98, do senhor Presidente do CEAS-SC, encaminhando cópia da Documentação que o CEAS-SC entregou ao Ministério Público Estadual.

CORRESPONDÊNCIA:

- do senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Sul Brasil, encaminhando pedido no sentido de que haja interferência junto aos Governos Estadual e Federal e demais órgãos competentes, objetivando a anistia ou prorrogação dos créditos de emergência, tomados por nossos agricultores, nas Agências Oficiais de Crédito (SESC).

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Gilmar Knaesel que estende o benefício concedido pelo art. 23 da Lei nº 10.789, de 03 de julho de 1998 aos contribuintes dos créditos tributários decorrentes do ICMS e dá outras providências.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, à medida que o tempo passa, mais e mais se aproxima o pleito, o embate eleitoral, o último do século. Com certeza acreditamos na sapiência do nosso povo, da

nossa gente e que saibam, efetivamente, escolher os melhores, tanto para compor o Colegiado na Assembléia Legislativa quanto para compor uma representação junto à Câmara Federal, como, da mesma forma, para Governar o Estado e para a União.

Os desafios que aguardam os próximos eleitos não são pequenos, não. Perambulando pelo Estado nos deparamos com várias situações: a ansiedade de uns, a preocupação de outros e a esperança de muitos em torno dos prováveis futuros eleitos. Esperança essa que se sustenta no desejo de ver os melhores sendo escolhidos e, da mesma forma, com um melhor desempenho.

É a virada do século, é o novo milênio que vem por aí. Os problemas centram-se mais nas dificuldades que alguns segmentos da nossa economia têm. Com o advento de uma moeda forte o excesso de moeda pode, de dinheiro sem valor desapareceu, e o dinheiro ficou escasso.

Alguns fizeram o dever de casa direitinho e se sobressairam bem. Outros tentaram fazê-lo, mas as dificuldades que se apresentaram eram muitas, principalmente no que se refere à competição com os produtos estrangeiros que chegam no País, que adentram o nosso País.

Estamos inseridos nessa nova onda de globalização, da qual nenhum País pode dizer o seguinte: eu rechaço, não aceito, sou auto-suficiente sem estar inserido nessa onda. Mas ela, de certa forma, veio e nocauteou algumas atividades de alguns segmentos da nossa economia. E estes, com certeza, necessitam com urgência buscar alternativas. E essas alternativas estão na criatividade, na disponibilidade de recursos, no mercado que produzir, na quantidade que produzir, à hora que produzir e principalmente na presença permanente, ativa de um Estado, de um poder público parceiro bom da sociedade, parceiro bom da economia, desses segmentos da economia.

Esse parceiro tem que ter a clareza, a lucidez de perceber que a política contemporânea cobra dos homens públicos muita competência, muita criatividade. Aquela gordura que existia, Deputado João Henrique Blasi, de outros tempos, desapareceu. Quem não se apercebeu está fadado ao insucesso, está fadado ao fracasso.

Então, é preciso criatividade, competência e boas parcerias. Ninguém se basta mais a si próprio. Foi-se o tempo que um cidadão iluminado pela sorte, pelo destino chegava a ser um Roberto Marinho da vida. Até o Alaci de Moraes sucumbe, porque hoje a sociedade, as pessoas para resistir à competição, à realidade contemporânea que a economia nos impõe precisa se organizar pela via do associativismo.

Mesmo não sendo candidato a nada nessa eleição tenho a obrigação de participar desse debate e de externar o meu posicionamento, a minha visão da realidade. As coisas mudaram e mudaram muito. Para alguns mudou para melhor, para uns melhorou mais e para outros melhorou menos, mas com

certeza, via de regra, para a maioria do povo brasileiro a coisa melhorou. Para alguns segmentos as coisas estão difíceis, e são esses segmentos que enfrentam as dificuldades.

Na área da agricultura, da agricultura familiar, muito embora alguns não querem ver e fazem de propósito, o Governo está dando presença. Há que se romper ainda os grilhões da burocracia infernal, diabólica, incrustada nos agentes financeiros que dificultam a vida dos pequenos agricultores.

Em nível de micro, pequena e média empresa as dificuldades são grandes. São poucos os que enfrentam dificuldades, que não têm o abalo na sua ficha de crédito no agente financeiro, e estes sequer são bem tratados por alguns agentes financeiros, por alguns bancos.

É preciso um somatório de forças para romper essa coisa rançosa, ultrapassada, que é essa democracia infernal. Se o crédito existe, se os recursos estão disponíveis, tem que atender, ele tem que chegar na ponta. É claro, e eu entendo!

Para alguns a situação quanto mais confusa melhor, serve como combustível para o discurso, como socorro para o discurso em alguns momentos de falta até de um projeto mais claro para apresentar à sociedade. Mas temos a obrigação, com a isenção de quem não vai disputar a eleição, de dizer com quem está a verdade. E às vezes temos também que nos submeter às correções que outros haverão de fazer, por conta da análise fria que estamos fazendo na realidade que vivemos.

É preciso forçar uma limpeza nesse ranço dessa democracia infernal que existe hoje em nível de agentes financeiros, mas há que se ter postura ética, compromisso com a verdade, de não iludir, de não enganar uma vez mais a gente simples do interior, porque, por mais simples que seja, essa gente merece de nós o máximo respeito e a máxima consideração.

A esses segmentos que enfrentam dificuldades temos a obrigação de hipotecar total e irrestrita solidariedade, mas também temos a obrigação de cobrar a presença do Estado, que tem que se dar em nível de parceria e da boa parceria e não como um Estado que fica como caudatário do processo ao invés de se apresentar na vanguarda como parceiro na condução de um processo de transformação; porque vemos o Estado como caudatário.

Em todas as reuniões e em todos os debates que tenho participado a reclamação é uma só: a falta de dinheiro. É verdade, o dinheiro está faltando. Para alguns falta mais, para outros menos, mas falta o dinheiro para os nossos desejos, para as nossas vontades. Para alguns falta no seu salário (e aí registre-se até o 13º salário), para outros falta para o custeio nos seus negócios, para outros falta para o investimento.

No entanto, quando se administra uma moeda forte, ela não pode ser abundante. Quem quer a moeda forte sobrando, está recorrendo ao discurso demagógico, porque

isso não é possível, pois se queremos uma moeda forte, ela precisa ser difícil. E aí o que precisa ser forte é a competência e a criatividade, o que precisa ser forte é a presença de um Estado contemporâneo, parceiro bom e não um padrao malvado da sociedade. É isto que precisa ser forte.

Para tanto, senhor Presidente e senhores Deputados, as pesquisas revelam uma tendência, mas tendência nunca foi resultado eleitoral. O debate no palanque eletrônico ainda está para acontecer. Pode ser, não sei, não desejo que as coisas mudem, pois me agrada a tendência atual, mas se para o bem do povo tiver que se alterar um pouco a tendência atual, que assim seja e que se faça, então, essa alteração.

Esperamos que o palanque eletrônico traga mais esclarecimentos àqueles que recorrem ao discurso do quanto pior melhor, mas não sei se encontrará eco. O discurso contemporâneo terá que ser o discurso da verdade em cima dos fatos e das realidades. Os marqueteiros dizem que para o sucesso de qualquer mercadoria a imagem é a melhor coisa. Um bom discurso tem uma boa imagem, um mau discurso às vezes empolga em um primeiro momento, arranca aplausos, mas não tem consistência.

Por isso, acho que essa eleição vai ter um componente diferenciado das demais, as pessoas não estão muito ligadas, mas as utopias do passado como as utopias das ideologias... Eu tenho a minha ideologia, estou pensando e reciclando, porque as coisas evoluem. Não estamos tendo ainda um referencial para promover o culto à ideologia. Mas parece que está mesmo na ordem do dia a política de resultado. Esperamos que seja o melhor resultado para a sociedade brasileira na virada do século, no início do novo milênio.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado ao PT.

Com a palavra o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, o Deputado Francisco Küster defende o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é do Partido do PSDB. S.Exa. lembra muito bem essa eleição antes do ano 2000 que irá eleger o Presidente da República, os Deputados Federais, Estaduais e Senadores.

Refletindo sobre as eleições, ao longo desta semana discutimos aqui o crédito de emergência, o endividamento, mas devemos observar o próprio programa do atual Presidente da República que trata de segurança alimentar, um programa que abriu as fronteiras da importação, um programa de Governo que veio de uma represália às pequenas e microempresas, com uma repressão muito grande para a agricultura familiar.

Nesses últimos quatro anos com o Plano Real se deixou de plantar 17% das terras que estavam produzindo. Nessa safra chegamos a uma diminuição de 17% na terra plantada. Com essa diminuição na produção de grãos identificamos que o Brasil está à beira da falência.

Se observarmos a agricultura, só encontraremos tocos ou raízes. A importação do

trigo vai chegar à casa do 5.900.000 toneladas, a do arroz em 1.700.000 toneladas, serão importadas de 1,5 a 2.000.000 de toneladas de milho, um volume 25% superior ao volume importado na safra passada.

Em 1998 vamos importar perto de 10 milhões de toneladas de grãos e algodão, um volume 25% superior ao de 97 e 234% maior do que a importação no início desta década, que foi de 3,1 milhões de toneladas de grãos.

É claro que um Presidente que tem uma abertura na política dos países do Mercosul deveria também ter uma política de proteção à nossa produção. Mas em relação aos países do Mercosul, o custo de taxas de importação que era de 21% ele diminuiu para 15%.

Esse é o debate que teremos que fazer justamente para que não apenas o PSDB mas, sim, todos os Partidos que dão sustentação ao Presidente Fernando Henrique possam despertar a sua consciência política.

Gostaria de ouvir o Deputado Francisco Küster por quem tenho uma grande admiração.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Nobre Deputado, é evidente que tenho por V.Exa. o mais absoluto respeito, porque V.Exa. é um aguerrido e autêntico defensor das causas da agricultura familiar.

Eu jamais diria que estou à sua altura enquanto defensor da agricultura familiar, porque V.Exa. está muito na minha frente e eu o respeito por isso.

Eu reconheço que quando na oposição o recurso da oratória nos enseja que tenhamos esse procedimento.

A agricultura no seu todo não está falida. A produção agrícola aumentou. O que existe são dificuldades da agricultura existencial. E aí, Deputado Idelvino Furlanetto, a parceria - porque não será Fernando Henrique, Lula, Brizola ou Ciro Gomes que irão resolver a agricultura existencial familiar - da micro, pequena e média agricultura bancando, literalmente, 100% de seu custo.

Não vai resolver, porque não existe dinheiro. Esta é uma realidade! E V.Exa., como é um homem de verdade (e sei que V.Exa. luta pela agricultura familiar), sabe que isso é humanamente impossível.

No entanto, há que se chegar a um meio termo e esse meio termo é a parceria, é a sua luta, o seu associativismo, a pressão legítima que V.Exa. faz. E é por aí que as coisas têm que acontecer.

Agora, é claro que a agricultura tem esses lances de dificuldades, pois a globalização está aí, a competição, os preços, porque mercado internacional é um negócio muito sério. Eu comungo da idéia de que precisamos criar algumas cláusulas de salvaguarda para a nossa economia, principalmente na área da agricultura - produtos básicos. Eu comungo dessa idéia.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - O debate do dia-a-dia é que vai despertar e nos mostrar politicamente como deveria ser.

Eu observo em algumas Prefeituras do nosso Partido, ou seja, nas que o Partido dos Trabalhadores está administrando em conjunto com outros Partidos, os Partidos que fazem parte da Frente Popular, até com o PMDB, que tivemos um avanço muito grande com relação às prioridades.

A exemplo do Governo do Distrito Federal, que é um exemplo para o Brasil, Deputado Francisco Küster, o Presidente Fernando Henrique Cardoso chegou, juntamente com o Governador Cristóvão

Buarque, elogiando o Programa Bolsa/Escola e o Programa de Agricultura.

Cristóvão Buarque quando assumiu o governo em Brasília, no Distrito Federal. Iniciou-o com 84 mil agricultores e hoje ele está com 124 mil agricultores instalados. Por quê? Porque S.Exa. desenvolveu um programa de valorização da agricultura familiar, um programa de verticalização direcionado ao banco do povo, o qual financia os agricultores, um programa de subsídio, um programa de assistência técnica e extensão e tem um programa que, juntamente com os agricultores, faz a gestão da propriedade.

O Distrito Federal, que é a Capital brasileira, que consome um número muito grande de alimentos, pode consumir hoje produtos produzidos na pequena propriedade, que hoje chamamos e tratamos de agricultura familiar.

Esta é a vontade política do nosso candidato à Presidência da República, Lula, e do nosso candidato ao Governo do Estado, Milton Mendes, pois queremos eleger um novo modelo para esse Brasil, porque esse modelo que está aí é um modelo que dá sustentação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está sendo sustentado pelo PPB, pelo PFL, por parte do PMDB - porque tem uma parte que discorda dessa política aí - e é sustentado pelo próprio americano. É uma política americanizada que exclui o agricultor.

Nesses doze anos foram expulsos da terra 40 mil famílias. Em Brasília o número de agricultores aumentou 50%, o que é um exemplo para o Brasil.

É essa a política e é esse o modelo que queremos eleger para o Brasil, para que este País possa alimentar os 32 milhões de brasileiros que passam fome. Esse é o debate com o qual, através do palanque eletrônico, queremos atingir a sensibilidade de todo cidadão brasileiro, fazendo com que votem num novo modelo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente e senhores Deputados, esta semana foi uma semana atípica, porque interrompemos o nosso receso, a nossa campanha, para termos uma semana de debates, e isso já vem acontecendo desde segunda-feira à tarde.

Tivemos hoje, pela manhã, uma reunião onde discutimos e debatemos muito, diria até que foi um debate acirrado, que envolveu a questão do IPESC e outros projetos interessantes que devem vir a Plenário no dia de hoje. E espero que haja *quorum* para que possamos votar.

Estamos torcendo para que o Senhor Governador envie o propalado veto que após ao projeto do sistema educacional de ensino, para que nós possamos votá-lo amanhã.

Estamos numa campanha eleitoral. Eu entendo, acima de tudo, o pleito eleitoral, as eleições, uma campanha como uma época de aprendizado, uma época em que nós temos tudo para politizar um pouco mais o nosso povo.

Eu vejo uma campanha eleitoral como um período de politização, de conscientização, onde nós vamos ao encontro do eleitor, das comunidades, dos Municípios.

Nós, como líderes, que estamos em contato com os problemas da conjuntura, temos idéias e propostas para viabilizar projetos que melhorem a situação do povo.

Nesses debates com o povo também escutamos sugestões e idéias. E eu tenho sido um idealista, um sonhador.

Fui candidato muito jovem ainda. No ano de 1985 iniciei a minha atividade política como candidato a Vice-Prefeito, no Município de Itapiranga. Disputei uma eleição sabendo que não tinha a mínima chance da nossa chapa ser a vitoriosa naquela eleição, mesmo assim eu aproveitei aquela eleição para difundir as minhas idéias, para debater com o povo e para aprender a fazer política.

Assim fiz na eleição de 1988, nas eleições presidenciais de 1989 e, finalmente, no ano de 1990, quando concorri, pela primeira vez, a Deputado Estadual, sendo eleito sem nunca ter ocupado um outro cargo eletivo.

Acima de tudo, em que pese a crise, a situação difícil, eu sou otimista. Apesar de tudo, Deputado Idelvino Furlanetto, eu acho que nestas eleições, nós, os Partidos de centro-esquerda e de esquerda, tivemos um prejuízo quando foi mudada a legislação eleitoral, quando foi encurtado o espaço na televisão, porque se houvesse mais debates de idéias, certamente os nossos candidatos se sairiam muito bem e poderiam reverter o quadro e a opinião pública.

Infelizmente a lei eleitoral mudou em prejuízo dos Partidos de Oposição. Mesmo assim, continuo acreditando que o nosso País tem jeito. De maneira alguma nós podemos perder as esperanças, embora seja difícil, porque os Partidos menores entram apenas com o idealismo, com a vontade, com a garra, com a boa intenção, esbarrando com as mais diversas dificuldades.

Uma das dificuldades mais graves, já no limiar de um novo século, de um novo milênio, é quando nos deparamos com o abuso do poder econômico.

Na minha base, Deputado Idelvino Furlanetto, nestas duas últimas semanas, infelizmente, deparei-me com um fenômeno, com um fato que me entristeceu, dando-me vontade até de parar com a campanha. Deputados de outros Partidos, com siglas maiores, endinheirados, vão às comunidades (e vamos usar o termo bem exato) aliciar, cooptar, comprar lideranças, amigos nossos, que no fim se rendem, não resistem às tentações do aliciamento. Isto é triste! Então, este é um dos agravantes.

A democracia também deveria existir nas eleições. Todos os candidatos deveriam ter as mesmas condições de se deslocar, as mesmas condições econômicas, o mesmo espaço nos meios de comunicação, nas rádios, nos jornais e na televisão. Enfim, democracia requer condições iguais para todos, o que não vem acontecendo nestas eleições.

Isto é lamentável, Deputado Idelvino Furlanetto! Neste sentido, já citei aqui desta tribuna um nome, e vou citar mais uma vez. O candidato do PPB de sobrenome Dreyer, que é um dos diretores da firma Kolbach, de Jaraguá do Sul, escancaradamente, anda por aí aliciando lideranças, cooptando pessoas desde aqui de cima até o Extremo Oeste catarinense.

Há poucos dias, no Município de Mondai, ele fez uma reunião, um jantar para umas 50 lideranças. Algumas pessoas saíram daquela reunião com carros para fazer campanha e com não sei mais o quê.

Eu não tenho nenhum receio de citar o nome do candidato. Eu estou tentando juntar alguma prova para poder entrar na Justiça,

para tentar impugnar a candidatura deste elemento que envergonha a nossa campanha, a nossa democracia, porque não é possível que, mais uma vez, o dinheiro, o poder econômico fale mais alto que a ideologia, as idéias, as propostas, o nosso esforço no sentido de construir um País e um Estado melhor.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado Afonso Spaniol, acredito que o Deputado Odacir Zonta, que é do mesmo Partido desse candidato, vai tomar providências. Esperamos que PPB processe e expulse essa pessoa, porque isso é inadmissível. Isso deve fazer parte. Partidos fazem parte da democracia.

O Deputado Odacir Zonta, que tem exercido várias lideranças dentro do cooperativismo, que foi Prefeito, sabe que o Partido merece respeito e que um candidato dessa natureza tem que ser tosquiado.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - As eleições são para politizar o povo, criar consciência política, não para corromper os eleitores. Isso é uma contradição, já que estamos caminhando, evoluindo, aprendendo mais sobre democracia. Nós, que saímos recentemente de ditadura, ainda somos, de certa forma, aprendizes da democracia.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Nobre Deputado, pedi o aparte porque o Deputado Idelvino Furlanetto fez referência ao meu nome.

Sou candidato à reeleição pelo PPB, mas não respondo pelos atos dos demais candidatos. Eu ouvi falar, vi duas vezes esse candidato, e estou colhendo informações sobre o comportamento dele, assim como a coordenação do nosso Partido, para concretizar algum fato e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) (Faz soar a campainha) - Já temos dez minutos de prorrogação, nobre Deputado.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Não cabe a mim, pessoalmente, tomar qualquer atitude, mas feito este registro, Deputado Afonso Spaniol, nós entendemos que pode produzir, sim, efeito o depoimento de V.Exa. aqui nesta tribuna para conduzi-lo à coordenação do nosso Partido.

Eu agradeço a informação que V.Exa. traz.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Eu fico muito feliz, Deputado Odacir Zonta, pela sua postura ética, coerente e séria. Eu acho que é assim que se faz política. Nós também estamos em busca de fatos concretos para expurgar esses elementos da vida política. É bom para a democracia. Este ato enaltece, engrandece o Partido de V.Exa., o PPB.

Era este o registro, senhor Presidente e senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Senhor Presidente e senhores Deputados, pri-

meiramente eu gostaria de registrar a presença na Casa do Grupo da Terceira Idade do Município de Rio dos Cedros, que é coordenado pela primeira dama do Município, D. Maria, que hoje não se pôde fazer presente por problemas de saúde do seu filho, sendo o Grupo hoje acompanhado por Cenira Ropelato.

Portanto, para nós, que somos representantes do povo de Rio dos Cedros aqui na Assembléia Legislativa, é um prazer muito grande tê-los conosco. Apesar dos pequenos contratempos na parte da manhã, do dia chuvoso, tenho certeza de que está sendo proveitoso para todos.

Aproveitem o restante do dia para conhecer a nossa Capital e tenham um bom regresso aos seus lares.

Gostaria ainda de dar conhecimento aos senhores Deputados de que na parte da manhã tivemos uma reunião da Comissão de Finanças com o objetivo de trazer esclarecimentos sobre a situação problemática em que vivem as pensionistas do Estado, uma vez que o nosso Instituto, o IPESC, não pagou os seus vencimentos no mês de junho e nos vencimentos do mês de julho, segundo informações, que seriam pagos agora no mês agosto, estaríamos mais uma vez excluídas. São pensionistas que dependem desse salário, seres humanos que têm família e o não pagamento está trazendo uma série de conseqüências.

Várias pensionistas fizeram, hoje, pela manhã, uma manifestação. Ficamos realmente sensibilizados, pois condomínio, aluguel, escola, luz, enfim, todas as contas que nos são comuns, estão sem pagamento.

O Presidente do IPESC, senhor Ari Martendal, gentilmente atendeu o nosso convite e assumiu o compromisso perante à nossa Comissão de Finanças de agora, entre os dias 10 e 15, pagar o mês de junho, bem como o de não atrasar o pagamento.

Ao registrar esse compromisso, queremos dizer que nós, membros da Comissão de Finanças, entendemos também a situação, que é devida pelo não-repasse ao IPESC por parte de alguns órgãos do Governo do que é mais sagrado para o ser humano, o pagamento do salário. Nós, de maneira alguma, podemos aceitar isso. Pode-se atrasar outras coisas, mas jamais o pagamento de pessoal.

Fizemos este apelo, e acredito que obtemos êxito, pois agora teremos uma programação junto ao IPESC.

Eu gostaria de dizer que estamos atentos. A Assembléia Legislativa tem que estar atenta para que esta situação não continue.

Outra questão importante para a Assembléia Legislativa aconteceu na parte da manhã e deve se desenvolver na parte da tarde, é a reunião do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado.

Estão presentes aqui na Assembléia Legislativa os nove conselheiros regionais eleitos nas audiências públicas efetuadas neste ano juntamente com os membros da Comissão do Orçamento, a qual presidimos. Na parte da manhã, os trabalhos foram efetuados, e agora, na parte da tarde, iremos entregar oficialmente ao Executivo.

Esperamos ser recebidos pelo senhor Governador, caso contrário, pelo Chefe da Casa Civil. Vamos levar todas as manifestações colhidas de todos os Municípios de Santa Catarina, através das propostas de investimentos aos Municípios e investimentos regionais, que farão parte do Orçamento que virá à Assembléia Legislativa até 30 de setembro para ser analisado.



Esperamos, este ano, conseguir a participação efetiva do Poder Executivo perante essas propostas que nasceram nos Municípios de Santa Catarina de forma democrática e transparente, com a participação de todos os Partidos Políticos desta Casa, de todos os senhores Deputados. Acho que é um movimento da Assembléia Legislativa que precisa agora ter a resposta do Poder Executivo.

Nós estamos confiantes ao fazer este comunicado aos Senhores Deputados. Faremos agora a reunião final e, em seguida, vamos nos deslocar até o Palácio do Governo para fazer a entrega.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR.DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Nobre Deputado, inicialmente gostaria de cumprimentar V.Exa. pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo.

As audiências Públicas aconteceram principalmente porque o próprio Presidente da Comissão acreditou na viabilidade do projeto, acreditou na sua implantação.

Quero, inclusive, registrar aqui a presença dos conselheiros do Oeste, o Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Gilmar Baldissera, e o Prefeito de União do Oeste, Félix Stradiotto.

Estamos todos cientes de que está se consolidando um trabalho de muito valor. Como as emendas estavam sendo feitas aqui no Plenário, nos nossos gabinetes, nas nossas Comissões, não estavam avançando, e o Orçamento Regionalizado levanta as necessidades e define as prioridades.

Então, queria cumprimentar V.Exa. e toda a equipe que está trabalhando, os conselheiros que estão participando, acreditando na implantação de uma nova visão, de uma nova metodologia do Orçamento Regionalizado, que, acredito, que se assemelha ao Orçamento Participativo.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o seu aparte, e V.Exa. bem coloca: é uma nova metodologia, uma mudança de cultura que precisa ser entendida não só por parte dos Deputados, mas também pelos Prefeitos Municipais, pois pela primeira vez se está dando oportunidade ao menor e ao maior Município nesse processo, aos Vereadores e às lideranças comunitárias, que têm a oportunidade de participar através de audiências públicas. Enfim, é um processo de todos, basta apenas a participação efetiva de quem tem a caneta na mão, que é o Poder Executivo, pois, assim, teremos essa lei implementada. Acho que este é um exemplo que deverá ser seguido por outros Estados.

Este processo nasceu do Deputado Carlito Merse, da Bancada do PT, e foi abraçado por todos os Deputados. Acho que isso é importante, e nós, como agentes motivadores, como Presidente desta Comissão, tivemos a parceria dos Deputados de todos os Partidos e da equipe técnica composta por funcionários desta Casa, que participaram ativamente. Assim, quero, mais uma vez, fazer o registro do trabalho feito pelos funcionários e pela Mesa Diretora, que deu condições para que a Comissão se estruturasse e se fortalecesse.

Hoje, temos uma coordenadoria funcionando diretamente, e isso tudo devemos à Mesa Diretora, na pessoa do seu Presidente, o Deputado Neodi Saretta, e aos demais membros da Mesa.

Assim, hoje, vamos formalizar esse ato, vamos levar ao Executivo essas propostas, e ainda vamos fazer mais um ato: levar aos candidatos ao Governo, independente de sigla partidária, o resultado desse processo, já que

eles estarão diretamente vinculados, para que possam utilizar esse instrumento tão valioso que temos em mãos, conhecendo a realidade de todas as regiões catarinenses, para fazer um grande plano de governo e colocar em prática, no próximo ano, essas realidades.

Agradecemos a vinda a este Parlamento dos meus amigos de Rio dos Cedros, desejando que tenham um bom retorno.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo representantes do PFL, passaremos à redistribuição dos horários.

O primeiro horário é destinado ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo representantes do PMDB, passaremos ao horário destinado ao PT.

Convido o Deputado Francisco Küster para assumir a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Senhor Presidente e senhores Deputados, o Deputado Francisco Küster e outros Deputados abordaram desta tribuna o processo eleitoral deste ano, e eu também gostaria de fazer uma abordagem nesse sentido, até porque esta é a Casa política dos catarinenses, e evidentemente aqui refletem-se as diversas posições políticas, representadas pelas Bancadas de seis Partidos diferentes e que compõem coligações ou candidaturas majoritárias envolvendo praticamente todos os Partidos do País.

Este ano a eleição brasileira coloca-se dentro de um contexto diferente das últimas eleições, quando se deu um caráter de plebiscito com relação a uma moeda.

Hoje se coloca em caráter de plebiscito com relação ao futuro desse País e às formas de administração política do Estado brasileiro.

No nosso entendimento, o Governo atual, seguindo a política do chamado neo-liberalismo, tem atuado de forma a colocar como grande parte das responsabilidades dos problemas brasileiros o setor público, e com isso tem seguido uma linha de raciocínio partindo de uma premissa incorreta.

Evidentemente que no setor público nós temos muitos problemas, mas a privatização desenfreada, principalmente de alguns setores estratégicos para a vida nacional, não é, no nosso entendimento, a solução dos problemas brasileiros.

Da mesma forma o arrocho, especialmente em cima da chamada agricultura familiar, Deputado Eni Voltolini, V.Exa. que conhece muito bem, também não é a forma mais correta de condução da coisa pública.

O exemplo mais claro disso foi a movimentação, Deputado Francisco Küster, dos pequenos agricultores catarinenses nessa semana, que buscavam crédito de emergência para uma dívida de 470 reais por família. E esta parcela que está vencendo é de cerca de 250 reais. Isso prova a descapitalização desse setor.

Enquanto nós analisamos, por exemplo, matérias como a que saiu na revista Isto É da semana passada, sobre o calote dos bancos de 10 milhões, vemos o pequeno agricultor participando de movimentações, de reivindicações para abonar 250 reais.

Tive a oportunidade de participar de uma assembléia de agricultores no Município de Ipumirim, Deputado Idelvino Furlanetto, na semana passada, num dia inclusive em que o transporte escolar estava suspenso, os agricultores não tinham como se deslocar de ônibus para a cidade.

Eu ouvi depoimento de uma senhora dizendo que caminhou 12 Km para aquela assembléia do sindicato dos trabalhadores rurais, cujo grande tema em debate era a anistia desse crédito de emergência.

Há que se ressaltar também que esse crédito de emergência não veio para investimento ou para custeio, ele veio para cobrir uma perda em função das estiagens e das enchentes.

Por isso, senhor Presidente e senhores Deputados, no nosso entendimento, o novo Governo deve ter como linha mestra de atuação a área social, os problemas sociais deste País.

Que problemas são esses? Existe o desemprego, por exemplo, mas esses problemas também passam pela falta de atendimento na agricultura familiar, passam pelo financiamento de micro e pequenos empreendimentos, passam pelo atendimento àquelas pessoas que trabalham na informalidade e precisam encontrar uma forma de serem incorporadas no mercado econômico.

Temos também problemas com a saúde, Deputado Volnei Morastoni, V.Exa. que tem sido um grande batalhador deste setor para Santa Catarina, atuando em setores preventivos como o saneamento básico e o combate às epidemias.

Precisamos da reestruturação do sistema educacional brasileiro, para que possamos formar realmente jovens críticos em relação aos problemas sociais, em relação às necessidades deste País. No nosso entendimento a solução dos problemas para o futuro Governo, para o atendimento da área habitacional deveria passar, enfim, por um programa social que se contraponha à linha política defendida pela chamada corrente neoliberal.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Volnei Morastoni, concedo um aparte a V.Exa., pois tenho certeza que virá enriquecer essas colocações que estamos fazendo.

A nossa expectativa é de que o processo eleitoral sirva também como fórum de debate desses problemas. Que possamos, além de eleger os futuros governantes, ter uma escola política durante esses próximos 60 dias que traga para o conjunto da população brasileira a conscientização de que é preciso fazer muito por este País.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu nobre Colega e Presidente, V.Exa. disse muito bem que esses 60 dias poderiam ser uma forma de escola política, de educação política no debate dos graves problemas do nosso País, principalmente dos problemas sociais. Isso me preocupa, porque na maioria das vezes eu sinto que as questões sociais são relegadas a segundo plano. Preocupa-me o próprio Presidente da República, que, em recentes manifestações, tem tratado com uma determinada banalidade, até com certo desdém, as questões sociais do nosso País, por exemplo: com relação aos meninos de rua.

Ainda esta semana o Senhor Presidente afirmou que este problema não existe da forma como se propala. Há mais ONGs - Organizações Não-Governamentais - neste País do que meninos de rua. É lamenta-

velmente que o Presidente da República trate um problema da infância brasileira, um problema real desta forma.

O Senhor Presidente da República, já em campanha no Nordeste, foi visitar o túmulo do Padre Cícero para dar a largada de campanha, e disse que foi pedir a Deus que crie mais empregos para o povo brasileiro. Isso é banalizar a questão social com o mais grave dos problemas, que é o desemprego, pois o deus que deve se preocupar na geração de empregos neste País é o próprio Presidente. É a política que depende dele, que ele vai imprimir. E é a preocupação social que ele deve ter além da questão econômica.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois bem, Deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Estava observando uma lista em que temos o Projeto nº 225, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar, a anistiar. Observava também o que alguns Municípios têm para pagar agora, nesta primeira prestação. Por exemplo: Anchieta, com 671 agricultores, tem R\$329.000,00 de dívida, e 50% tem que ser pago agora; Concórdia tem 1.783 agricultores e uma dívida de R\$983.810,00, e 50% tem que ser pago agora.

Fazendo esta avaliação, fico muito preocupado, porque estamos no início da Ordem do Dia e não tem nem dez Deputados presentes. Espero que os Deputados que estão nos seus gabinetes venham ao Plenário, para podermos votar.

A Assembléia Legislativa, nesta semana, tem desenvolvido um número de atividades muito grande, bem como V.Exa., a Mesa Diretora, enfim, todos os Deputados, as Comissões. Mas estamos com o projeto pronto e espero que seja aprovado hoje à tarde.

Então, queria deixar registrada esta minha preocupação quanto ao *quorum*. Espero que tenhamos *quorum* para aprovar este projeto, que vem trazer uma perspectiva para os agricultores.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado, espero que a análise deste projeto se dê na tarde de hoje. Concluo as minhas colocações reafirmando o desejo de que este debate político possa servir de formação política também para todos os brasileiros, e que possamos, juntos, encontrar as melhores soluções para o nosso Estado e para o nosso País.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda no rateio do horário reservado aos Partidos Políticos, consultamos se algum Deputado do PDT quer fazer uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo, com a palavra o Deputado Odacir Zonta, que utilizará o tempo rateado ao PPB.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Inicialmente, quero cumprimentar os caros Pares desta Casa, os funcionários e visitantes.

Gostaria de aqui fazer um comentário sobre um contato feito...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Quero apenas registrar a presença neste Plenário do Prefeito de Pinheiro Preto e do Prefeito de Canoinhas, que fazem parte da Comissão do Orçamento Regionalizado.

Faço este registro porque são dois excelentes Prefeitos, sendo o de Canoinhas do PFL e o de Pinheiro Preto do PMDB.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Também queremos cumprimentar os eminentes Prefeitos e desejar que tenham uma feliz estada em nosso meio.

Gostaria de fazer um comentário sobre um contato feito na tarde de ontem com o eminente Ministro da Agricultura, Francisco Turra, por telefone. Ele é muito chegado à região Sul, já foi Prefeito de Marau (RS), e pela amizade que temos, atendeu-nos prontamente quanto ligamos para o Ministério.

Apelamos mais uma vez pela busca das questões emergenciais na agricultura, eis que o crédito de emergência está em pauta no projeto de lei que autoriza o BESC, mas que, como sabemos, depois vai ter que prosperar também junto ao Governo Federal.

Disse-nos o Ministro que fez uma nota técnica ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, colocando a posição do Ministério da Agricultura favorável a que se oportunize ao agricultor uma busca de alternativas para prorrogar, a longo prazo, a parcela que vence agora.

Portanto, é a posição do Ministro da Agricultura já passada ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que em última análise é quem vai determinar esta prorrogação.

Parece-nos, então, que havendo a iniciativa do Governo do Estado em conceder guarida junto ao Governo Federal... Que não venha o Governo do Estado dizer que não pode prorrogar aqui porque o Governo Federal não prorroga lá; basta o Governo do Estado mandar para lá que da parte do Governo Federal vai ser concedida a autorização de prorrogação. Isso não pode servir como desculpas do Governo Estadual em permitir a prorrogação do crédito de emergência aos agricultores.

Esta foi a informação que nos foi concedida pelo Ministro da Agricultura ontem. É lógico que ainda depende da homologação da Presidência da República, mas ele disse que não haverá problema, porque é de fácil solução, basta que o Governo do Estado se manifeste junto ao Governo Federal.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. traz uma notícia que talvez não seja a que queremos, mas é o que é possível fazer. Lembramos que esta prorrogação de todas as condições, de mais financiamentos e de créditos para os agricultores é porque eles estão impedidos de buscar.

Quero dizer que o Governo do Estado e a Assembléia estão, também, aprovando, autorizando este projeto no dia de hoje. Só vai depender do Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Deputado Idelvino Furlanetto, também discutimos com o senhor Ministro a questão do impedimento de fazer um novo financiamento até que seja solucionado o problema do crédito.

Ele está de acordo e já encaminhou o seu voto ao Conselho Monetário e ao próprio Ministro da Fazenda, solicitando que sejam liberados aos agricultores para que eles possam ter acesso ao novo financiamento. Aliás, novo financiamento que já levamos ao senhor Ministro, fruto do documento que fizemos, ontem, da FRESCOOP. E já adiantamos a ele a questão da discriminação das cooperativas de crédito e o custo que o agricultor está tendo para fazer o novo cadastro, o seguro de vida, o seguro de residência, para aplicar no OUROCAP, que dá em torno de 10% no ato como despesa.

O Ministro nos disse que já tinha recebido algumas informações a respeito, que estava se reunindo com o Presidente do Banco do Brasil, para que ele não atrapalhe, mas colabore, como vem querendo fazer, sem aduzir a custos novos, já que o nosso agricultor tem que reduzir despesas para poder ter viabilidade em sua propriedade.

Estas informações são importantes e mostram a boa vontade do Ministro. Ele nos disse, ainda, que nesta semana haverá uma posição final em relação a essas tratativas. Por isso, fiz questão de vir à tribuna para trazer as informações que tivemos ontem, no final da tarde, do senhor Ministro da Agricultura.

Isto não quer dizer que nós devemos cessar o encaminhamento, a pressão política. O Ministro nos disse que quanto mais pressão política pudermos fazer, suprapartidariamente, junto ao Congresso Nacional e aos Ministérios da área econômica, mais vai ajudar o próprio Ministério da Agricultura a buscar a superação dos problemas que se apresentam para a questão do crédito de emergência, e para a questão dos novos financiamentos e para a questão do repactuação total da dívida - e estamos buscando um prazo, no mínimo, de 10 anos aos nossos agricultores.

Vamos continuar, portanto, a fazer pressão, a buscar também a ação do Fórum Catarinense em Brasília, já que o próprio Ministro nos disse que recebeu um apelo veemente dos três Senadores catarinenses esta semana, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e Casildo Maldaner, para que sejam atendidas as reivindicações dos agricultores.

Eu acho que juntos nós podemos buscar, sim, a superação pelo menos parcial desse problema, já que a total seria a anistia. Mas ao menos que se abra esse horizonte e não se impeça o agricultor de fazer a sua lavoura; ele, que precisa tanto fazer a lavoura, que precisa tanto que as intempéries não atrapalhe, que precisa tanto ter essa renda retomada na propriedade agrícola.

Vamos, então, novamente nos manifestar, ligando aos nossos representantes em Brasília ou encaminhando fax, telegramas e todo o tipo de documento que pudermos enviar, para, num mutirão suprapartidário, podermos colocar em prática as ações em favor dos nossos pequenos agricultores.

Era esta a informação que gostaríamos de prestar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - De acordo com o rateio, com a palavra o Deputado Adelor Vieira, por quatro minutos, tempo que resta aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, nestes quatro minutos gostaríamos de fazer uma reflexão aqui, com os Deputados, com os funcionários, com os visitantes, a respeito de um assunto que foi notícia nos jornais durante a última semana: uma menina chamada Sasha.

Eu fiquei intrigado com isso, porque a Sasha, que é a filha da Xuxa, ocupou um grande espaço na mídia nacional, nos maiores veículos de comunicação, e daqui a alguns dias é possível que isso passe a ser um padrão de moralidade para o Brasil.

Eu não tenho mais filha solteira, Deputados, mas fico preocupado porque isso para mim é uma espécie de iniquidade, e a iniquidade deve ser não somente reprimida, reprovada, mas combatida.

Eu entendo como natural uma moça solteira ser enganada, ser ludibriada, ser envolvida e cair numa cilada, numa cantada, se assim podemos dizer, e amanhã ou depois ter um filho, sendo

chamada de mãe solteira. Agora, uma moça premeditar ter família, ter um filho com determinada pessoa fora do casamento, eu acho que isso aí está fora de qualquer padrão de moralidade.

Eu estou deveras preocupado, senhores Deputados, porque o espaço que foi dado a essa cidadã... Nada contra a pequena Sasha, que eu desejo que seja feliz, que ao crescer seja um orgulho para todos nós, mas acho que os padrões da nossa sociedade estão sendo violados.

O salmista Davi, na Escritura Sagrada, diz no Salmo 11, Verso 3: "Ora, destruídos os fundamentos, que poderá fazer o justo?"

Eu estou interpretando isso como os fundamentos da moral sendo abalados! Nós pregamos, e assim cremos, que a família é a célula-mater da sociedade. Vamos preservar a família! Vamos preservar os princípios morais! Vamos preservar o matrimônio como instituição divina!

A mesma Escritura Sagrada diz: "Deixará o varão o seu pai e a sua mãe e se unirá à sua mulher, e serão ambos uma só carne". Esse é o padrão divino e esse é o padrão legal para qualquer nação que se preza. E isso é o que diz a nossa Constituição.

Daqui a mais alguns dias - como já disse, não tenho filha, mas posso ter neta -, qualquer moça vai dizer que achou bonito, que achou interessante fulano de tal e vai querer ter um filho com ele e pronto!

Existe já um precedente, e com tamanha divulgação, Deputado Udo Wagner, que estou deveras preocupado! Como se isso não bastasse, o jornal Diário Catarinense de ontem estampou clara e abertamente a posição de uma candidata favorável ao casamento entre os gays, ao casamento entre homossexuais!

Ora, Deputado Volnei Morastoni, em que sociedade nós estamos vivendo?!

Eu recorro novamente, com a permissão dos senhores, à Escritura Sagrada, que diz o seguinte: "por se multiplicar a iniquidade, o amor de muitos esfriará".

Então, se prevalecer a tese de que a minoria deve ser ouvida, deve ser atendida, vamos ter daqui a mais alguns dias também em Santa Catarina alguém defendendo o casamento de homem com homem, de mulher com mulher! E vem a senhora Deputada Marta Suplicy dizer que não é casamento, Deputada Ideli Salvatti?! Ora se não é!

Então, quanto à questão dessa candidata, se este Deputado se reeleger, ela vai ter alguém aqui contrário a essa posição.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Se eu tiver mais um minutos, poderemos discutir.

Eu estou falando, Deputada Ideli Salvatti, da questão da imoralidade, da questão da devassa que está sendo feita na família, dos princípios da imoralidade, da questão da Sasha, que nasceu...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 21 Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir a inversão da pauta, que o primeiro projeto passasse a ser o último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não! Assim será feito, se não houver impedimento das demais Lideranças. (As Lideranças aquiescem.)

Antes de iniciarmos as votações, solicito aos Líderes de todos os Partidos e ao Líder do Governo que se encaminhem à sala da Presidência ao final da presente sessão, para tratarmos sobre o calendário de votação de algumas matérias que necessitam de apreciação fora do calendário previsto anteriormente, ou seja, a marcação de sessão para o dia 17 do corrente mês.

Convidamos, portanto, os senhores Líderes para discutir este assunto e demais assuntos do interesse das Bancadas.

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 171/98, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública o Grupo de Artesãos e Artistas Independentes - GAAL, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Projeto de Lei nº 397/97, de autoria do Deputado Sergio Silva, que declara de utilidade pública a Associação Garuvense de Artesãos, com sede e foro na cidade de Garuva e foro na Comarca de Joinville.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 225/98, de autoria do Deputado Idelvino Furlanetto, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de vencimento do crédito de emergência.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 49/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Diogo Gorges, residente em São Pedro de Alcântara.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 072/98, de procedência governamental, que autoriza a permuta de imóvel no Município de Lages.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 080/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Lages.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 086/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Ibicaré.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis e da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 88/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Brunópolis (construção da Delegacia de Polícia Civil).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 096/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Coronel Freitas.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 097/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Ouro Verde.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 101/98, de procedência governamental, que concede pensão a Jaqueline de Oliveira, residente em Ituporanga.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 105/98, de procedência governamental, que concede pensão especial a Nelcy Irene Colombi Wagner, residente em São Lourenço do Oeste.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 132/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Pedro de Alcântara.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 156/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Curitibaanos.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e de Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 158/98, de procedência governamental, que autoriza concessão de imóvel no Município de Camboriú.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e de Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 159/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Xaxim.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e de Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 161/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Salinho.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 162/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Abdon Batista.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 164/98, de procedência governamental, que autoriza o uso de imóvel do Estado no Município de Bombinhas.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 165/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Taió.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 166/98, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Tunápolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Peça a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, gostaria de saber qual é a finalidade da doação desse imóvel no Município de Tunápolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O imóvel mencionado destina-se a sediar o quartel local da Polícia Militar do Estado, tendo sido sua doação autorizada pela Lei Municipal nº 0418, de 1980.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Quartel ou delegacia de polícia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Quartel local da Polícia Militar. É o que consta no projeto de lei.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 170/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Ibiã.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 206/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Três Barras.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 005/98, de autoria do Deputado Gilson dos Santos, que estende aos funcionários públicos estaduais os benefícios do art. 31 da Lei Federal nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

O presente projeto recebeu uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Daria para verificar se esse projeto tem alguma emenda e se foi rejeitada, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Há uma emenda de autoria do senhor Deputado Júlio Teixeira. Foi aprovado com inclusão de emendas.

Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 005/98 o parágrafo único.

"Parágrafo único - Aplica-se o benefício previsto no caput deste artigo aos servidores ocupantes do cargo de Técnico de Controle

Ambiental, da Fundação do Meio Ambiente - FATMA."

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pedimos a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, estava conversando com o Deputado Leodegar Tiscoski e com outros Parlamentares sobre a ausência do Deputado Gilson dos Santos, que está neste momento em seminários que o nosso Partido faz pela coligação Mais Santa Catarina. Assim sendo, peço a V.Exa. que, uma vez encerrada a discussão, permita que o processo de votação aconteça em outro momento, para que nós possamos conduzir o processo de votação com a presença do Deputado Gilson dos Santos.

Como já foi feito em tantas outras oportunidades, pediria que V.Exa. suspendesse o processo de votação e encaminhasse a matéria para uma outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Consulto se os senhores Líderes concordam sobre a retirada da matéria da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

(Os Líderes aquiescem.)

Com a aquiescência dos senhores Líderes, esta Presidência retira então a matéria da pauta e lembra aos senhores Deputados que amanhã teremos sessões pela parte da manhã e à tarde.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 062/98, de autoria do Deputado Manoel Mota, que denomina José da Silva Batista o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Hildo Meneghetti, situado em Passo de Torres.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta: o Projeto nº 225 precisa de uma segunda votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Então gostaria que fosse realizada no dia de hoje, já que tem *quorum*, uma sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência não tem nada contra que seja feita uma sessão extraordinária logo após o encerramento da presente sessão.

Consulto os senhores Líderes se concordam com a realização de uma sessão extraordinária logo após a presente sessão, unicamente com esta matéria na pauta.

(As Lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos senhores Líderes, realizaremos uma sessão extraordinária após a presente sessão.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de São Lourenço Ltda. - CREDICASLO -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 04 de agosto, quando se comemora os dez anos de sua fundação, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cooperativa Agropecuária de Tubarão Ltda. - COPAGRO -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 05 de agosto, quando se comemora a sua fundação, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos da Foz do Rio Itajaí-Açu Ltda. - UNICRED LITORAL -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 12 de agosto, quando se comemora a sua constituição, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado Ltda. - COOPERJA -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 30 de agosto, quando se comemora a sua constituição, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Canoas Ltda. - COOPERVALE -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 30 de agosto, quando se comemora a sua constituição, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da UNIMED Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., cumprimentando-o pelo transcurso da data de 31 de agosto, quando se comemora a sua constituição, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente Executivo da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 28 de agosto, quando se comemora a sua constituição, extensivamente a todos os funcionários e associados.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente Executivo do Instituto Técnico das Cooperativas - ITEC -, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 31 de agosto, quando se comemora a sua constituição, extensivamente a todos os funcionários e colaboradores.

A Presidência defere de plano.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h25min, com a seguinte Ordem do Dia: matéria em condições regimentais de ser apreciada pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA DIRETORA

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO Nº 547/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DETERMINAR o turno único de trabalho, para os servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no horário vespertino, das 13:00h às 19:00h, para o período de 07 usque 31 de agosto do fluente ano, excetuando-se o dia 17, que deverá permanecer com horário de expediente inalterado.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RESOLUÇÃO Nº 548/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONSTITUIR COMISSÃO formada pelos servidores FAUSTO BRASIL GONÇALVES, matrícula nº 513 - Diretor do Departamento Administrativo, REGINA MAURA SOARES, matrícula nº 1223 - Diretora da Divisão de Recursos Humanos, CESAR LUIZ BELLONI FARIA, matrícula nº 1839 - Diretor da Divisão de Processamento e Sistema de Pessoal, ROMEU PORTO DAROS, matrícula nº 2316, Assessor Especial da Presidência, MARIA MARGARIDA BITENCOURT RAMOS, matrícula nº 1126 - Procuradora Substituta, ANSELMO INÁCIO KLEIN, matrícula nº 754 - Procurador Substituto, JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA, matrícula nº 424 - Advogado e um representante do SINDALESC, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 10 (dez) dias, apreciar e emitir parecer sobre o ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO do Estatuto dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 549/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR EDER DE QUADRA SALGADO, matrícula nº 1265, da função de Chefe da Seção de Apoio Técnico, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 11/08/98 (Divisão de Recursos Humanos).  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 550/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR MIRIAM DAS GRAÇAS H. VIEIRA, matrícula nº 1295, para exercer a função de Chefe da Seção de Apoio Técnico, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 11/08/98 (Divisão de Recursos Humanos).  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 551/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR AUGUSTA JUST MILANEZ, matrícula nº 0994, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor da Divisão de Expediente, código PL/DASU-4, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIA DA GRAÇA MARQUES, a partir de 14/07/98 (Divisão de Expediente).  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 552/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o que consta do Processo nº 0709/98,

RESOLVE: de acordo com o artigo 85, VII, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, combinado com a Resolução nº 1.673, de 20/11/89, deste Poder,

CONCEDER a JOÃO CARLOS DOS SANTOS, matrícula nº 1121, ocupante do cargo de Garçon, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, adicional de insalubridade, correspondente a 30% (trinta por cento), relativo à execução de atividade insalubre de grau médio, a partir de 05/08/98.  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 553/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0879/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a LAERCIO ARCENO CORREA, matrícula nº 1438, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/06/93 a 02/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 554/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0904/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a HUGO GREGHI, matrícula nº 1620, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/09/92 a 03/09/97.  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 555/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0907/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ROSE MERI BENEDET, matrícula nº 1544, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/08/92 e 02/08/97.  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 556/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0911/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ADEMAR BERTAN, matrícula nº 1603, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/06/93 e 01/06/98.  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 557/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0922/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a CARLOS CASTILIO DE MATTOS, matrícula nº 0763, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, código PL/ATM-9-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 26/06/93 e 26/06/98.  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 558/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0942/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a EDMUNDO MACHADO DE BITTENCOURT, matrícula nº 1506, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 09/10/92 e 09/10/97.  
Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 559/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0948/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ROBERTO TAGLIARI LIMA, matrícula nº 0976, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/09/92 e 04/09/97.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 560/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0980/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a HENRIQUE JOSÉ DA COSTA, matrícula nº 0772, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 28/06/93 e 28/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 561/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0986/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a RITA AMÁLIA MACEDO GIOMBELLI, matrícula nº 1927, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código ATS-12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/07/93 e 02/07/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 562/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1019/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ZULMAR HERMOGENES SAIBRO, matrícula nº 1257, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03/10/91 e 03/10/96.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 563/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 2615/97,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e 110, § 2º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER APOSENTADORIA PROVISÓRIA, por invalidez, ao funcionário CARLOS EUGENIO VIEIRA, matrícula nº 1937, no cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de Lei.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 564/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 2768/97,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, III, letra "c", da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONCEDER APOSENTADORIA proporcional, ao funcionário PAULO CAVALHEIRO MENDES, matrícula nº 0405, no cargo de Advogado, código PL/ATS-12-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### EXTRATO

**EXTRATO Nº 052/98**

REFERENTE: 2º Termo de Aditamento ao Contrato PF nº 16/97.  
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
CONTRATADA: Cesta Básica Catarinense Ltda.

OBJETO: Retifica a quantidade de gêneros alimentícios a ser fornecida, o valor global e a forma de pagamento.

Signatários:

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Manoel Jorge Machado - Sócio-Gerente

Florianópolis, 17 de agosto de 1998

\*\*\* X X X \*\*\*

### LEI COMPLEMENTAR

**LEI COMPLEMENTAR Nº 170, de 07 de agosto de 1998**

Partes vetadas pelo Governador do Estado e mantidas pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 170, de 07 de agosto de 1998, que "Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação".

Eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do § 7º, do artigo 54 da Constituição do Estado e § 1º, do artigo 217 do Regimento Interno, promulgo as seguintes partes da Lei:

"Art. 26 .....

.....  
III - duração da hora-aula por disciplina definida de acordo com o projeto político-pedagógico da escola, garantida ao docente hora-atividade incluída na jornada de trabalho de todos os professores e com igual duração à da hora aula, assim entendido o período reservado a estudos, planejamento, preparação de aulas e avaliação;

.....  
Art. 27. A carga horária de trabalho escolar prevista nesta Lei Complementar fica assim distribuída na grade curricular:

I - no período diurno, 5 (cinco) aulas de 48 (quarenta e oito) minutos, a partir da 5ª série ou ciclos finais do ensino fundamental e médio;

II - no período noturno, 5 (cinco) aulas de 40 (quarenta) minutos, a partir da 5ª série ou ciclos finais do ensino fundamental e médio;

III - na educação infantil e até a 4ª série ou ciclos iniciais do ensino fundamental, 4 (quatro) horas de permanência do aluno na escola, podendo ser progressivamente ampliadas.

§ 1º À escola, dentro de seu projeto político-pedagógico e regimento, fica assegurada autonomia para dispor sobre outra forma de organização da carga horária legal na grade curricular.

§ 2º O intervalo de tempo destinado ao recreio faz parte da atividade educativa e como tal se inclui no tempo de efetivo trabalho escolar e na carga horária de trabalho dos profissionais da educação.

.....  
Art. 85 .....

Parágrafo único. No caso de transferência de unidade escolar de uma rede de ensino para outra, os profissionais de educação efetivos e lotados serão mantidos em exercício na mesma unidade, salvo se ocorrer, a pedido, opção pela remoção, garantindo-se, em ambos os casos, a percepção integral dos vencimentos, bem como os demais direitos funcionais previstos em lei.

Art. 88. O Poder Executivo Estadual, até 60 (sessenta) dias após a publicação da presente Lei, remeterá à Assembléia Legislativa do Estado Projeto de Lei compatibilizando o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual às disposições desta Lei Complementar."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 21 de agosto de 1998.

DEPUTADO NEODI SARETTA

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

### OFÍCIO Nº 038/98

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Of. Nº 8655/98

Florianópolis, 07 de agosto de 1998.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado NEODI SARETTA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa

Catarina

NESTA

Senhor Presidente:

Com os meus cordiais cumprimentos, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que o Egrégio Plenário, em sessão de 04.05.98, quando da apreciação do processo nº AOR-0223401/68, que trata de auditoria nas obras de duplicação da BR-101 (lotes 01 a 07), realizada no DER/SC, exarou decisão (cópia anexa) determinando, entre outras providências, dar ciência à Assembléia Legislativa do Estado mediante encaminhamento de cópia dos Relatórios de Auditoria nº DCO-033/96 e de Reinstrução nº 022/97.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e distinguido apreço.

Conselheiro MOACIR BÉRTOLI

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/98

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA

### PORTARIA Nº 334/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância, formada pelos servidores ALDO LUIZ GARCIA, matrícula n. 1094 - Técnico Legislativo, JAYSON PRATES SILVA, matrícula n. 1367 - Advogado e MIRIAM DAS GRAÇAS H. VIEIRA, matrícula n. 1295 - Técnico Legislativo, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar responsabilidades referente ao acidente de trânsito que envolveu o veículo oficial deste Poder, marca Kadet GL/chevrolet, placas LYT 2606, ocorrido no dia 05/08/98, na Rodovia BR-101/Km 104.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 335/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a DÉLIO MULLER, matrícula nº 0889, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/08/98.

**PORTARIA Nº 336/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a CRISTINA LOPES DOS REIS, matrícula nº 1154, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 03/08/98.

**PORTARIA Nº 337/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a WALTER MOREIRA ALVES, matrícula nº 1279, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 10/08/98.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 338/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância, formada pelos servidores VERA B. MARTINS LOPES VIEIRA, matrícula nº 1017 - Assistente Legislativo; RICARDO CASCAES SABINO, matrícula nº 0935 - Técnico Legislativo e CIRO SILVEIRA, matrícula nº 1500 - Datilógrafo, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar responsabilidades referente ao acidente de trânsito que envolveu o veículo oficial deste Poder, marca Kadett GL/chevrolet, placas LYT 2626, ocorrido no dia 24/07/98, na rua Bom Jesus do Nazaré - Arirui.

Palácio Barriga-Verde, em 18/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 014/98

*Altera a redação do art. 41 da Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, que dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público Estadual, estabelece nova sistemática de vencimentos, institui gratificações e dá outras providências.*

Art. 1º O artigo 41 da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - Excepcionalmente, até fevereiro de 2001, será aceita comprovação de cursos de pedagogia com habilitação nas disciplinas pedagógicas de 2º grau para o progresso funcional previsto na letra "a", do inciso II, do artigo 15, desta Lei Complementar, para os professores que atuam na área 1, que detenham cargo efetivo na data da publicação desta Lei Complementar."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei Complementar nº 159, de 20 de outubro de 1997 e demais disposições em contrário.

Florianópolis,

Deputada Ideli Salvatti

Lido no Expediente

Sessão de 17/08/98

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, que ora submeto à apreciação desta Casa, pretende modificar a redação do artigo 41 da Lei nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, que "dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público Estadual, estabelece nova sistemática de vencimentos, institui gratificações e dá outras providências".

A proposição, sub examine, visa conceder o benefício da progressão funcional, conforme dispõe no artigo 15 do mesmo diploma legal, a parcela do magistério público estadual, fixando nova data limite para a comprovação de curso superior e, evitando desta forma, prejuízos aos egressos do curso referido.

Em anexo, segue cópia das citadas Leis e, pela relevância do assunto em prol do magistério público estadual, solicitamos aos Exmos Srs. Deputados a apreciação e aprovação desta proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*